
MELHORES PRÁTICAS NOS LEVAM HOJE A UM AMANHÃ SEGURO

Transparência, Equidade, Prestação de Contas
e Responsabilidade Corporativa



BRASIL
PLURAL

NOVAMENTE ENTRE OS 3 MELHORES GESTORES DO BRASIL

Segundo o ranking EXAME/FGV¹



BRASIL
PLURAL

Gestor Especialista
Gestor Especialista de Ações

www.brasilplural.com



GERAÇÃO
FUTURO

Gestor Especialista de Ações
Gestor Especialista de Multimercados

www.gerafuturo.com.br

NOTA: ¹Fonte: Revista EXAME – Edição 1104 - Ano 49 - Nº24 – 23/12/2015 - PAG 58. ADVERTÊNCIAS: Este material não constitui uma oferta e/ou solicitação de aquisição de quotas de fundos de investimento. As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo. A Brasil Plural Gestão de Recursos não comercializa e nem distribui cotas de fundos ou qualquer outro ativo financeiro. CONTATO: Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. Praia de Botafogo, 228, 9º andar, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-906. Telefone: (21) 3923-3000. Website: www.brasilplural.com. Email: asset@brasilplural.com. OUVIDORIA: Email: ouvidoria@brasilplural.com, Telefone: 0800-878-8725.



A presente instituição aderiu ao
Código ANBIMA de Regulação
e Melhores Práticas para os
Fundos de Investimento.



MELHORES PRÁTICAS NOS LEVAM HOJE A UM AMANHÃ SEGURO

Transparência, Equidade, Prestação de Contas
e Responsabilidade Corporativa

SUMÁRIO

ABERTURA.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. MENSAGEM DA DIRETORIA.....	10
2.1. Mensagem do Ex-Presidente.....	11
3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2015.....	12
INSTITUCIONAL.....	18
4. O INSTITUTO.....	20
5. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	21
5.1. Organograma.....	21
5.2. Certificação e Qualificação da Equipe.....	23
6. GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....	24
6.1. Informações Gerenciais sobre o PBB.....	24
6.2. Avaliação Atuarial.....	26
7. GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	27
7.1. Política de Administração.....	27
7.2. Código de Conduta e Ética.....	27
7.3. Sistema Corporativo - Gestão de Riscos.....	27
7.4. Despesas Administrativas.....	27
7.5. Auditorias.....	29
8. COMUNICAÇÃO.....	29
9. RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE.....	30
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	32
10. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO ECONÔMICO - 2015.....	34
11. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	34
12. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS.....	35
12.1. Estudo de Macroalocação de Ativos.....	35
12.2. Composição dos Investimentos por Segmento.....	36
12.3. Fundos.....	36

12.4. Fundos de Investimentos em Participações.....	40
12.5. Carteira Própria.....	40
12.6. Empréstimos a Participantes.....	41
12.7. Imóveis.....	41
13. SERVIÇOS DE SUPORTE À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	41
13.1. Agente Custodiante / Administrados.....	41
13.2. Consultoria Macroeconômica.....	42
13.3. Consultoria de Risco.....	42
13.4. Base de Dados.....	42
13.5. Serviço de ALM.....	42
14. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	42
15. INFORMAÇÕES GERAIS.....	43
15.1. Carteira Global de Investimentos.....	43
15.2. Aderência à Política de Investimentos e aos Limites Legais.....	44
15.3. Investimentos por Tipo de Gestão.....	46
15.4. Rentabilidade Bruta e Líquida por Segmento.....	47
15.5. Rentabilidade Líquida por Segmento e Global.....	47
16. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
RESULTADOS.....	50
17. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS.....	52
17.1. Consolidado.....	52
17.2. Plano Básico de Benefícios - PBB.....	56
17.3. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	59
PARECERES.....	100
18. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	102
19. PARECER ATUARIAL.....	104
20. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	110
21. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL.....	111
ENCERRAMENTO.....	112
22. MENSAGEM FINAL.....	114





ABERTURA

"Unir-se é um bom começo,
manter a união é um
progresso, e trabalhar em
conjunto é a vitória."

Henry Ford,
fundador da Ford Motor Company

1. INTRODUÇÃO

Difícil em termos econômicos e políticos para todo o País, o ano de 2015 exigiu das empresas – e também das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – um esforço especial para conquistar melhores resultados financeiros e de eficiência. Foi, de fato, um ano de busca das melhores escolhas, um estímulo à construção de um novo padrão e a mudanças profundas.

Tendo em vista o cenário descrito acima, o Nucleos procurou pautar todas as suas ações e decisões nos pilares da Governança Corporativa: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. A Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre todas as partes interessadas nos processos internos.

Princípios Básicos da Governança*

Transparência

Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse, e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que condizem à preservação e à otimização do valor da organização.

Equidade

Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

Prestação de Contas (*accountability*)

Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.

Responsabilidade Corporativa

Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional etc) no curto, médio e longo prazos.

* Fonte: www.lbcg.org.br



Por isso, o tema escolhido para o presente Relatório Anual de Informações – RAI foi “Governança Corporativa – Melhores Práticas nos leva a um amanhã seguro”; elaborado a partir de dados fornecidos pelas diversas áreas do Instituto, seu processo de aprovação contou com a participação dos membros da Diretoria Executiva da Nucleos.

A divulgação do conteúdo desta publicação visa atender à Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, e também tem por finalidade apresentar, de forma clara e completa, aos participantes, assistidos, patrocinadoras e colaboradores, o desempenho, as estratégias, os processos e a governança da entidade. Dessa forma, o Nucleos demonstra seu compromisso com os princípios de transparência e boa governança, que orientam todas as ações do instituto.

O Relatório Anual 2015 do Nucleos também está disponível no site www.nucleos.com.br nos formatos PDF e *on-line*.

É importante ressaltar que, com a criação da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar foram desobrigadas do envio do Relatório Anual de Informações impresso aos seus participantes, devendo remetê-lo somente para aqueles que o solicitarem. Assim, evitamos desperdícios com papel. Vale destacar também que esta publicação foi produzida com 100% de apoio dos anunciantes.

Boa leitura a todos!



2. MENSAGEM DA DIRETORIA

A partir do dia 24 de setembro de 2015, Armindo D'Ascensão Silva assumiu o cargo de presidente do Nucleos com o compromisso de desenvolver a gestão da entidade no contexto moderno das melhores práticas de governança corporativa: com Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. Isso impõe a todos nós, da Diretoria Executiva, um desafio diário e contínuo pela responsabilidade em desempenhar nossas atividades pautadas na sustentabilidade do Instituto, pois cerca de cinco mil participantes e assistidos depositaram no Nucleos suas esperanças de um futuro seguro, visando manter uma qualidade de vida digna após a aposentadoria. Tudo isso foi e é promovido de forma a reforçar os mais altos valores éticos e buscar instrumentos de gestão cada vez mais seguros e eficientes.

Em relação ao desempenho do Nucleos em 2015, gostaríamos de ressaltar, antes de mais nada, que foi um ano difícil para os fundos de pensão de um modo geral. As más notícias divulgadas pela mídia mostraram-se constantes, sempre relacionadas com inflação e juros altos, aumento do desemprego, atividades empresariais e industriais em declínio – que formaram um cenário econômico bastante nebuloso. O comportamento da Bovespa refletiu bem esse cenário, marcado por fortes oscilações e um fechamento anual bem abaixo dos mercados globais.

A desaceleração da economia brasileira em 2015 impactou investidores de todos os setores. De fato, vivenciamos um momento especialmente conturbado, com o mercado financeiro bastante instável. Contudo, a área de investimento do Nucleos utilizou ferramentas de análises e modelos estatísticos que procuraram antever – dentro do que seria possível antever – o comportamento dos indicadores e os seus reflexos sobre a atividade econômica. A composição e a alocação dos investimentos do Instituto são estruturas sólidas e conduzidas, sempre, com alinhamento e equilíbrio em relação ao melhor retorno e segurança. A implementação desse conjunto de instrumentos, associada à qualidade dos ativos do Instituto, resultou numa performance geral dentro do esperado, embora abaixo do desejado por todos.

Por outro lado, destaque-se que a Diretoria Executiva e todos os colaboradores do Nucleos formamos ao longo de 2015 uma equipe integrada na gestão da entidade. Esse trabalho foi realizado de forma criteriosa e alinhada com nossos princípios éticos e de responsabilidade, cumprindo com os procedimentos e instruções emanadas dos órgãos estatutários e de fiscalização externa, respeitando, assim, todos os requisitos legais aplicáveis ao Instituto.

No dia a dia, procuramos minimizar ao máximo o impacto momentaneamente desfavorável dos nossos investimentos, concentrando especiais esforços nesse aspecto com o objetivo de não comprometer o desempenho futuro do Nucleos, que é um fundo de pensão bem organizado, recertificado pela terceira vez em todos os seus processos pela ISO 9001:2008, com uma estrutura organizacional enxuta e eficiente, bem como dirigentes e profissionais qualificados e certificados.



Da esq. para dir.: Paulo Sérgio Poggian, Armindo D'Ascensão

Hoje, somos o 53º maior fundo de pensão em investimentos pelo ranking da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp e do Sindicato Nacional da Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Sindapp, e nossa visão de futuro está expressa na Política de Investimentos do Plano Básico de Benefícios – PBB e na Política de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa – PGA, ambas com vigência de 2016-2020, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 180ª Reunião, realizada no dia 23 de novembro de 2015. De um lado, o PBB aprimora a alocação de ativos (investimentos) através de uma gestão integrada com o passivo (reservas matemáticas), com base em estudos da projeção financeira dos investimentos para maximizar a cobertura das obrigações futuras com os participantes (benefícios). De outro lado, o PGA possui a finalidade de registro das atividades referentes à gestão administrativa do Nucleos. O gerenciamento dos recursos do PGA é norteado pelo compromisso de assegurar o pagamento do custeio do plano de benefícios dos participantes de modo que as suas aplicações possibilitem maior rentabilidade, liquidez e segurança, bem como perenidade na gestão dos diversos segmentos de investimento.

Finalizando, gostaríamos de deixar consignado os nossos agradecimentos aos colaboradores do Nucleos, membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep, participantes e assistidos, também aos órgãos externos de orientação e fiscalização e aos prestadores de serviço. Acreditamos que, juntos, iremos vencer os novos desafios que se apresentarão durante o ano de 2016 e colocaremos o Instituto em uma posição de destaque entre os fundos de pensão do País.

Diretoria Executiva do Nucleos
 Armindo D’Ascenção Silva – Presidente
 Luiz Claudio Levy Cardoso – Diretor Financeiro
 Paulo Sérgio Poggian – Diretor de Benefícios

2.1 MENSAGEM DO EX-PRESIDENTE

“Honrado com a gentileza da Diretoria Executiva para encaminhar uma mensagem pessoal, por ocasião do presente Relatório Anual de 2015, desejo transmitir aos amigos uma palavra de otimismo e confiança.

Por tudo que temos observado nos dias atuais e está a nossa volta, não é difícil constatar os avanços pelos quais o Nucleos passou e com os quais se fortaleceu ao longo dos últimos dez anos. Hoje, apesar das situações conjunturais extremamente desfavoráveis, que interferem no desempenho de todos os agentes econômicos, a nossa entidade segue firme, mais uma vez exibindo um resultado praticamente de equilíbrio técnico, o que revela o acerto das estratégias implementadas e nos proporciona mais tranquilidade.

Já estou afastado da Direção do Nucleos há alguns meses e de volta à Eletronuclear, o meu empregador, mas acompanho e tenho confiança no trabalho da atual Diretoria Executiva do Nucleos, profissionais experientes e honrados que merecem o nosso respeito.

Norman Victor Walter Hime”



3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2015



NUCLEOS FOI DESTAQUE EM PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA

Principal veículo jornalístico especializado em fundos de pensão e investimentos, a revista Investidor Institucional publicou em sua edição de fevereiro uma reportagem de duas páginas sobre a nova metodologia para o cálculo da taxa de desconto atuarial, conhecida como “regra do corredor”. Para ilustrar a matéria, a publicação entrevistou Norman Hime, então presidente, e Luiz Claudio Levy Cardoso, diretor Financeiro do Nucleos. A matéria pode ser acessada no Nuclin Express 82 no site do Instituto.

ALTERAÇÃO NO ESTATUTO - PREVIC APROVOU REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS

Em cumprimento ao que dispõe a legislação em vigor, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou, no dia 18 de março, a proposta de alteração do Estatuto do Nucleos, pela Portaria nº 139, publicada no Diário Oficial da

União do dia seguinte. Por meio dessa alteração, o exercício das funções de membro do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal passou a ser remunerado pelo Instituto, como previsto no artigo 24, §7º e seguintes do referido normativo.

CNPC ESTENDEU EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO A TODOS OS MEMBROS DE CONSELHOS

No dia 30 de março, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) aprovou uma nova e importante resolução para ampliar a segurança dos participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O objetivo foi buscar, cada vez mais, uma gestão profissional dessas entidades. Para tanto, o CNPC estendeu ao administrador responsável pelos planos de benefícios – assim como para a

totalidade dos membros do Conselho Fiscal e todo o Conselho Deliberativo – a exigência de certificação, que já era aplicada ao administrador estatutário, à Diretoria Executiva e aos membros do comitê de assessoramento que atuam na avaliação e aprovação de investimentos, assim como os demais empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

APRESENTAÇÕES ÀS PATROCINADORAS

Em 2015, o Nucleos apresentou para a alta administração das patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep os resultados do Instituto, bem como os assuntos de interesse das patrocinadoras.

Em 2016, a Diretoria do Nucleos continuará fazendo essas apresentações, não apenas às diretorias, mas também aos participantes, de forma objetiva e transparente.



RAI, AGORA EM VERSÃO DIGITAL E RESPONSIVA

Pela primeira vez, o Nucleos produziu e lançou o seu Relatório Anual de Informações (RAI) em versão também digital, navegável e dinâmica, disponível especificamente para equipamentos móveis, como tablets e smartphones. Ela permitiu aos participantes o acesso direto e rápido – com apenas um ou dois toques – aos conteúdos de cada capítulo de sua preferência. Para tanto, o Instituto desenvolveu, dentro do seu portal na internet, um site “responsivo”, ou seja, que se adaptava automaticamente ao tamanho do dispositivo do usuário-participante, fosse a tela do computador, de um telefone celular ou de um tablet. Com isso, a tiragem da versão



impresa foi significativamente reduzida e deu à produção um caráter sustentável.

O INÍCIO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DE NOVOS CONSELHEIROS

No dia 4 de maio, o Nucleos deu início ao processo eleitoral para a escolha de três membros efetivos (e respectivos suplentes) para o Conselho Deliberativo e um membro efetivo para o Conselho Fiscal (e respectivo suplente).

PESQUISA DE SATISFAÇÃO REVELOU QUE PARTICIPANTES ESTÃO “MUITO SATISFEITOS” COM O NUCLEOS

Realizada mensalmente desde janeiro de 2008 para avaliar o atendimento oferecido aos participantes e assistidos do Nucleos, a qualidade na resolução das dúvidas, aprimorar pontos positivos e minimizar aspectos negativos, além de determinar o nível de satisfação em aspectos associados aos canais de comunicação mais utilizados, a Pesquisa de Satisfação

revelou ao longo de 2015 números bastante positivos. De acordo com a amostragem divulgada em junho, a maior parte dos participantes estava muito satisfeita com as áreas de Atendimento e Comunicação – os índices “ótimo” e “bom” invariavelmente somaram 100% nos primeiros quatro meses do ano passado.

DESDOBRAMENTOS DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – CV

O Conselho Deliberativo aprovou, no dia 19 de junho, em sua 241ª Reunião Extraordinária, o Regulamento do Plano de Contribuição Variável. O mesmo foi encaminhado às patrocinadoras para análise e aprovação no dia 16 de julho.



RECONDUÇÃO DO DIRETOR FINANCEIRO

O diretor Financeiro Luiz Claudio Levy Cardoso foi reconduzido por unanimidade pelo Conselho Deliberativo para um novo mandato, com início em 25 de junho de 2015 e término em 24 de junho de 2018.



NUCLEOS FOI RECERTIFICADO PELA 3ª VEZ

Líder mundial em serviços de avaliação de conformidade e certificação, a Bureau Veritas Certification confirmou para o Nucleos a recertificação plena da Norma ISO 9001:2008, de “Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar”, com validade de 13 de julho de 2015 até 12 de julho de 2018. A recertificação – obtida pela terceira vez – atestou que os processos do Instituto continuam muito bem alinhados com as melhores práticas de governança para as EFPCs.



A POSSE DOS CONSELHEIROS ELEITOS...

Os novos membros (e respectivos suplentes) dos conselhos Fiscal e Deliberativo eleitos pelos participantes foram empossados na sede do Nucleos no dia 6 de julho:

- No Conselho Fiscal, Paulo Cesar Chrispim (titular) e Rafael Alves de Melo (suplente).

- No Conselho Deliberativo, Rosângela Vieira Paes da Silva (titular) e Samira Aparecida de Sena Osório (suplente), Hermínio de Aguiar Caldeira (titular) e Antero Aguiar Peres (suplente) e Daniel Moraes da Costa (titular) e José de Mello Vilella (suplente).



... E A POSSE DOS CONSELHEIROS INDICADOS

No dia 5 de agosto, foi a vez de serem empossados os novos membros (e respectivos suplentes) do Conselho Fiscal indicados pelas patrocinadoras. Foram eles: Luis Antônio Domingues Correia (titular) e Marlon Fagundes Pereira (suplente) e Ronaldo Neto Alcântara (titular) e Luiz Otávio Artilheiro (suplente).



MAIS SEGURO E MODERNO, NOVO SITE ENTROU NO AR

O Nucleos lançou no dia 8 de setembro o seu novo site institucional, com maior facilidade de acesso ao conteúdo específico dos interesses dos participantes e às informações mais importantes do Instituto. A necessidade de mudança surgiu não apenas para adequar às novas tendências, mas também a partir das sugestões e críticas recolhidas nas pesquisas de satisfação mensais. Mais segurança – principalmente no que diz respeito ao acesso à área restrita – e um visual diferenciado, através do acesso por dispositivos móveis (com um layout responsivo), como celulares e tablets, foram e são os grandes destaques do novo portal.



AUDITORIAS DA PREVIC E DAS PATROCINADORAS APROVAM GESTÃO DO NUCLEOS

Órgão federal de fiscalização dos fundos de pensão do País, a Previc concluiu, em 9 de setembro, uma nova e minuciosa fiscalização no Nucleos, que teve início no dia 8 de junho de 2015. Embora se caracterize como uma ação fiscal de rotina, a atuação foi realizada ao longo de três meses contínuos por dois auditores da Receita Federal do Brasil.

O resultado foi o mesmo dos exercícios de 2010 a 2014: pelo sexto ano consecutivo, a gestão do Instituto foi aprovada. Realizada por outros três auditores e paralelamente à da Previc, a auditoria das patrocinadoras do Nucleos chegou àquela mesma conclusão: não foram constatadas quaisquer irregularidades.

ARMINDO D'ASCENÇÃO SILVA, O NOVO PRESIDENTE DO NUCLEOS



Com um discurso em que prometeu conduzir a sua gestão de forma franca e transparente, de acordo com as boas práticas de governança, Armindo D'Ascensão Silva assumiu a Presidência do Nucleos no dia 25 de setembro, em substituição a Norman Victor Walter Hime. Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis e pós-graduado em Engenharia Econômica, Administração Industrial, Auditoria e Organização e Métodos, Armindo D'Ascensão Silva trouxe para o Instituto as suas cinco décadas de experiência profissional como professor da Universidade Federal Fluminense e nas áreas de administração, auditoria, contabilidade, recursos humanos, orçamento e finanças, entre muitas outras – grande parte desse período dedicado à patrocinadora Eletronuclear.



“RAIO-X” PASSOU A APRESENTAR O BALANÇO TRIMESTRAL DO NUCLEOS

Como um dos marcos iniciais de sua gestão no Instituto, o seu novo presidente, Armin do D’Ascensão Silva, criou e apresentou o Relatório Gerencial Trimestral, chamado de “Raio-X” do Nucleos, que resume a situação financeira, operacional e organizacional do Nucleos por meio de breves análises, tabelas e gráficos em uma linguagem simples e direta – para propiciar uma leitura fácil para todos, sem jargões técnicos.

DÍVIDA DA NUCLEP



Edição especial II
“Raio-X” do Nucleos – Resultado de 2015

Esta edição especial do Nuclín Express – que divulga como o Nucleos encerrou o ano de 2015, com os principais dados do fechamento do período – reforça e dá continuidade ao compromisso da Diretoria Executiva em apresentar os números do Instituto de forma simples e periódica. Importante ressaltar: o resultado relativo ao exercício de 2015 está sendo auditado pela PricewaterhouseCoopers - PwC e, que somente após a conclusão da auditoria, o referido resultado será apreciado pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

O formato é o mesmo da edição de outubro de 2015: breves análises, tabelas e gráficos em uma linguagem mais acessível e direta – para facilitar a leitura e o entendimento de todos os leitores. Afinal, a razão principal deste informativo é o diálogo permanente com os principais públicos do Nucleos, os participantes e as patrocinadoras, como determina a Lei Complementar 109/2001 em relação à observância do princípio da transparência como diretriz para as relações entre os fundos de pensão, seus participantes e assistidos.

Relatório Gerencial - 31/12/2015

Você poderá acompanhar os gráficos e tabelas clicando nos assuntos abaixo:

- [Distribuição dos participantes e assistidos](#) por patrocinadoras e tipo de vínculo;
- [Investimentos](#): distribuição dos recursos e rentabilidades (no período, no mês, por segmento e composição detalhada);
- [Finanças](#): contribuições das patrocinadoras e dos participantes;
- [Atendimentos](#): no período, no mês e por assunto;
- [Ações judiciais](#): total de ações em curso e por natureza.

Em decisão de última instância anunciada em novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por unanimidade, o valor da dívida constante do acordo parcial entre a patrocinadora Nuclep e o Nucleos, e negou provimento ao recurso interposto pelo Instituto.

CNPC: MAIS TEMPO E ALTERNATIVAS PARA EQUACIONAR DÉFICITS

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão que regula o setor no País, aprovou novas medidas que permitem aos fundos de pensão equacionar seus déficits em um prazo maior do que exigia a regra anterior, que era de três anos. Com

isso, as entidades poderão solucionar seus eventuais déficits sem a necessidade de contribuições adicionais por parte dos participantes e patrocinadoras. A entrada em vigência das novas medidas foi imediata, ou seja, valem já para o exercício de 2015.



R\$ 11,3 bilhões em ativos sob gestão da Icatu Vanguarda.

Um número de quem sabe que o maior ativo é a confiança do cliente.

Fazendo parte de um grupo presente no Brasil há mais de 25 anos, a **Icatu Vanguarda** acumula os mais reconhecidos **prêmios de performance de fundos de investimentos do país**.

Com toda essa solidez e competência, a **Icatu Vanguarda** se mantém à frente para oferecer aos seus clientes a mais alta qualidade na gestão de recursos.

Competência essa que acaba de ser reconhecida internacionalmente, com o prêmio de Best Fund Manager Brazil 2015, dado pela International Finance Magazine de Londres.



1° TOP 5 BANCO CENTRAL CURTO PRAZO IPCA 2014	1° TOP 5 BANCO CENTRAL CURTO PRAZO IPCA 2014	MQ2 AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DE GESTOR DE INVESTIMENTO MOODY'S 2005 - 2014	EXAME MELHOR GESTOR ESPECIALISTA DE FUNDOS DE RENDA FIXA ATIVOS	ValorInveste MELHOR CASA DE RENDA FIXA PELO VALOR INVESTE PRÊMIO TOP GESTÃO 2013 NA CATEGORIA RENDA FIXA	5° TOP 5 BANCO CENTRAL CATEGORIA IPCA MEDIO PRAZO 2013	ValorInveste MELHOR CASA DE RENDA FIXA PELO VALOR INVESTE PRÊMIO TOP GESTÃO 2012 NA CATEGORIA RENDA FIXA	1° TOP 5 BANCO CENTRAL CURTO PRAZO DE TAXA SELIC 2013
INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Dividendos FIA	ABRIL 2014	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Inflação Curta FIF	OUTUBRO 2014	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Crédito Privado FIC LP	OUTUBRO 2014	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Dividendos FIA	DEZEMBRO 2015
INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Proteção Real CP FIF	ABRIL 2013	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda FIC RF REAL	ABRIL 2013	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda IPC GOLD PLUS	ABRIL 2013	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Dividendos FIA	OUTUBRO 2014
INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda Dividendos FIA	ABRIL 2013	CLASSIFICAÇÃO ★★★★★ Star Ranking Standard & Poor's ValorInveste Icatu Vanguarda Dividendos FIA	DEZEMBRO 2013	CLASSIFICAÇÃO ★★★★★ 36 EXAME Icatu Vanguarda Dividendos FIA	JUNHO 2012	INVESTIDOR INSTITUCIONAL EXCELENTE Icatu Vanguarda FIC IPC GOLD PLUS	ABRIL 2013

www.icatu Vanguarda.com.br

21 3824-7107 | asset@icatu Vanguarda.com.br



Fonte: ANBIMA, dezembro de 2015. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Fundos de investimento não contam com a garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do fundo garantidor de crédito – FGC. Os investidores devem estar preparados para aceitar os riscos inerentes aos diversos mercados em que os fundos atuam, e, conseqüentemente, possíveis variações no patrimônio investido.

Icatu
VANGUARDA





INSTITUCIONAL

"Muitas companhias não são bem-sucedidas no longo prazo. O que elas fazem de fundamentalmente errado? Normalmente esquecem o futuro"

*Larry Page,
co-fundador da Google*

4. O INSTITUTO

Fundado em 1979, o Nucleos – Instituto de Seguridade Social foi instituído para ser o fundo de pensão do setor nuclear do País, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e com um plano único de Benefício Definido e solidário entre os participantes e as patrocinadoras, Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, além do próprio Nucleos. Desde a sua fundação, o Nucleos é mantido por contribuições mensais das empresas patrocinadoras e de seus empregados.

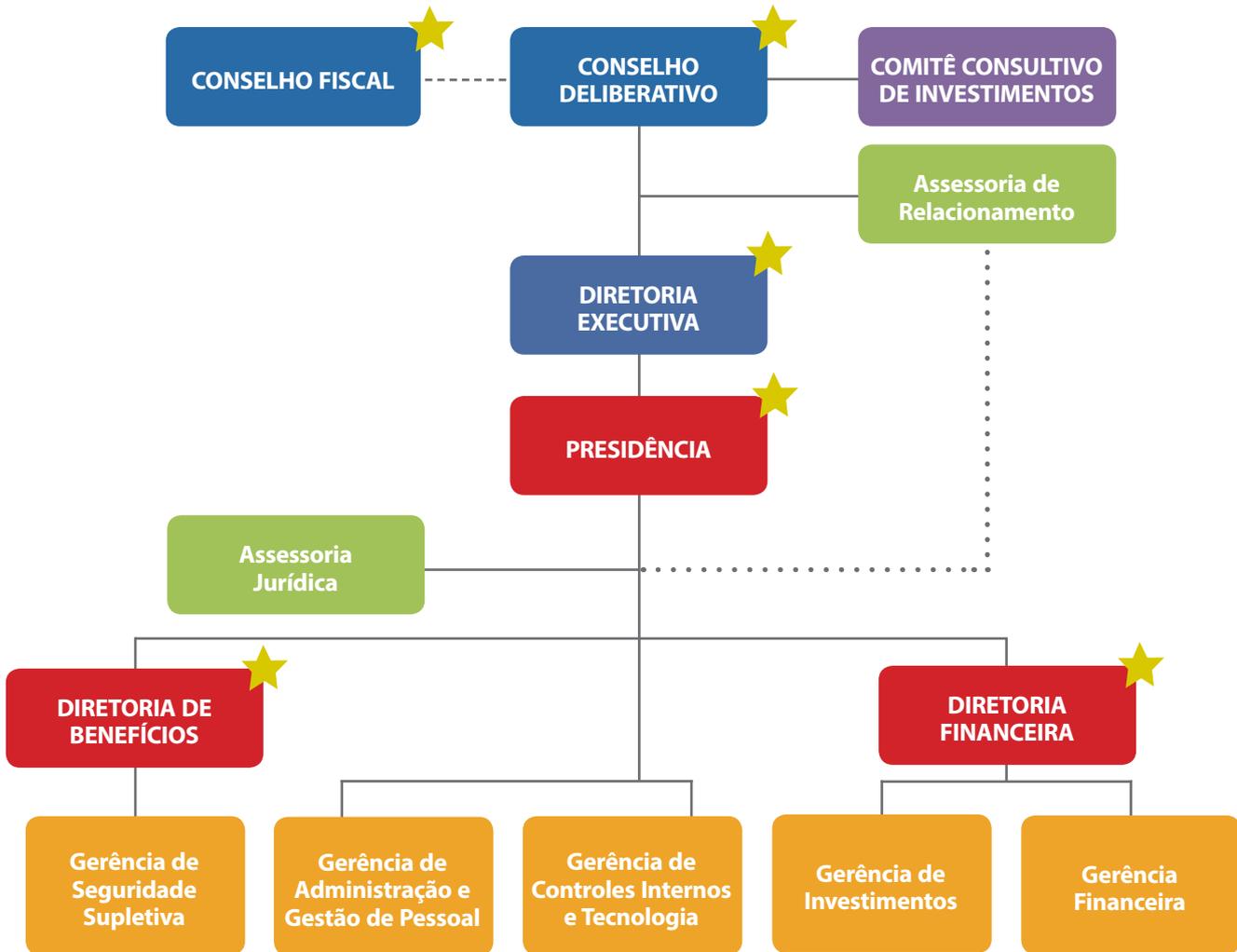
São três as esferas estatutárias responsáveis pela deliberação, administração e fiscalização do Instituto: o Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios; o Conselho Fiscal, órgão de controle interno do Instituto, que zela pela sua gestão econômico-financeira; e a Diretoria Executiva, que é o órgão responsável pela administração do Nucleos, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

O Comitê Consultivo de Investimentos é também um órgão não estuário de grande importância para o Instituto; ele se constitui em uma instância consultiva do Conselho Deliberativo do Nucleos, tendo como objetivo recomendar diretrizes a serem observadas na Política de Investimentos, nas aplicações financeiras e no acompanhamento das atividades financeiras do Nucleos.



5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

5.1 ORGANOGRAMA



Legenda

- Órgãos Máximo, de Controle e de Administração
- Diretoria Executiva
- Instância Consultiva
- Assessorias
- Gerências
- ★ Órgão Estatutário
- Sem Subordinação Hierárquica
- Subordinação Administrativa

CORPO FUNCIONAL

Diretores - 03

Gestores - 07

Analistas e Assistentes - 27

Total do Corpo Funcional - 37



Núcleos - Instituto de Seguridade Social

CONSELHO DELIBERATIVO

CONSELHO DELIBERATIVO	
TITULARES	SUPLENTES
Paulo César da Rocha Dantas - Presidente INB	Pedro Francisco Dias Calheiros Boite INB
Clezio dos Santos Oliveira Nuclep	Marcos Sérgio de Souza Nuclep
Daniel Moraes da Costa INB - Representante eleito pelos participantes	José de Mello Villela INB - Representante eleito pelos participantes
Herminio de Aguiar Caldeira INB - Representante eleito pelos participantes	Antero de Aguiar Peres INB - Representante eleito pelos participantes
Ricardo Cesar Quintella Lioy Eletronuclear	Ronaldo Teixeira Buffa Eletronuclear
Rosângela Vieira Paes da Silva Nuclep - Representante eleita pelos participantes	Samira Aparecida de Sena Osório INB - Representante eleita pelos participantes

CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL	
TITULARES	SUPLENTES
Antônio Marcos de Oliveira Alves Sena - Presidente INB - Representante eleito pelos participantes	Eduardo Zaroni INB - Representante eleito pelos participantes
Luis Antônio Domingues Correia INB	Marlon Fagundes Pereira INB
Luiz Fernando Henriques Eletronuclear	Luiz Otavio Artilheiro Eletronuclear
Paulo Cesar Chrispim INB - Representante eleito pelos participantes	Rafael Alves de Melo INB - Representante eleito pelos participantes

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS	
Armindo D'Ascensão Silva	David Espinha Ferreira da Costa (Eletronuclear)
Luiz Claudio Levy Cardoso	Pedro Francisco Dias Calheiros Boite (INB)
Paulo Sérgio Poggian	Ruy Costa Ferreira Filho (Secretário)
Nelson Ramos Nogueira Filho (Coordenador/INB)	



5.2 CERTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

Administrar um fundo de pensão é uma tarefa que requer a especialização dos seus administradores: a Resolução CGPC nº 13 exige que os gestores tenham “competência técnica e gerencial compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades”.

O Nucleos mantém todos os seus gestores, diretores e conselheiros devidamente certificados e uma equipe com reconhecida qualificação técnica. A implantação de um programa de certificação dos dirigentes, além de alinhar-se com as melhores práticas

de gestão, criou um novo paradigma de excelência técnica e gerencial dos fundos de pensão brasileiros, ao qual o Nucleos já aderiu.

A certificação, além de ser uma obrigação legal, é um importante instrumento de qualificação dos profissionais das entidades de Previdência Complementar. As regras a respeito de certificações estão reguladas pela Resolução do Conselho Monetário nº 3.792, de 2009, e pela Resolução Bacen nº 4.275, de 31 de outubro de 2013. A entidade investe no reconhecimento da qualificação técnica de seus profissionais e conselheiros.

O Instituto prima pela qualidade de seus serviços e participa das principais comissões da Abrapp – fontes mais relevantes de inovação e debates do setor. São elas:

EQUIPE NUCLEOS	COMISSÃO TÉCNICA - Abrapp
Andreia Simões Lemos Alegre	Regional Sudeste – Assuntos jurídicos
Fernando Martins Santos	Regional Sudeste – Contabilidade
Isaac Ferreira da Silva	Regional Sudeste – Governança
Ítalo José da Silva	Regional Sudeste – Seguridade
Jorge Pedro da Costa Ewbank	Regional Sudeste – Recursos humanos
Kenia Merheb Diniz	Regional Sudeste – Relacionamento com o participante
Ruy Costa Ferreira Filho	Regional Sudeste – Investimentos
Suene Alves Brandão Guimarães	Regional Sudeste – Comunicação e Marketing



6. GESTÃO DE BENEFÍCIOS

6.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB Nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como em-

presas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

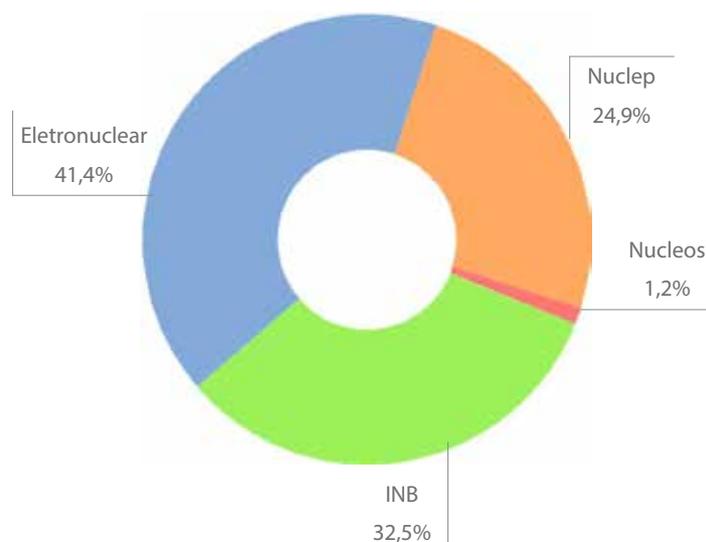
6.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS

No encerramento do exercício de 2015, o Nucleos contou com 3.582 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

Patrocinadora	2015	2014	Variação
INB	1.166	1.169	-0,26%
Eletronuclear	1.482	1.594	-7,03%
Nuclep	891	879	1,37%
Nucleos	43	47	8,51%
TOTAL	3.582	3.689	-2,90%

Observação: do total de 3.582 participantes em 2015, 33 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 4 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



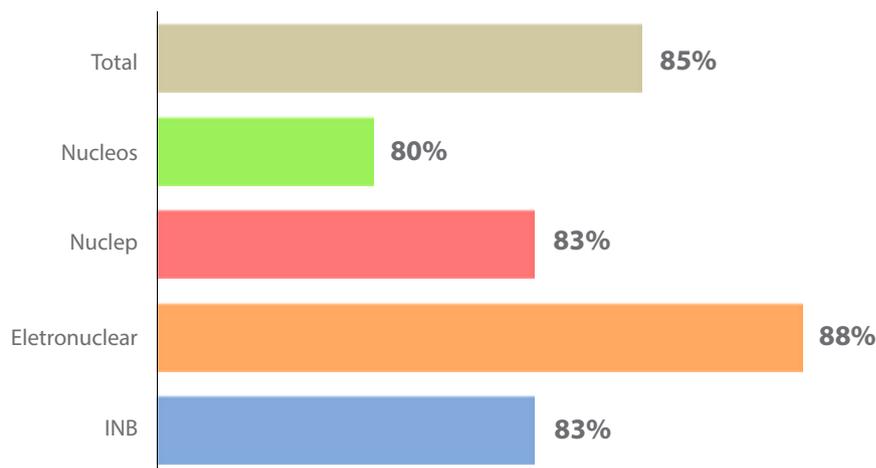
6.1.2. NOVOS PARTICIPANTES

A adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios em 2015 foi a seguinte:

Patrocinadora	Participantes	Empregados	Adesão
INB	1.157	1.390	83%
Eletronuclear	1.473	1.667	88%
Nuclep	884	1.066	83%
Nucleos	31	39	80%
Total	3.545	4.162	85%

Observação: na coluna "Participantes" foram desconsiderados os 33 autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos, assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora) e 4 participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO



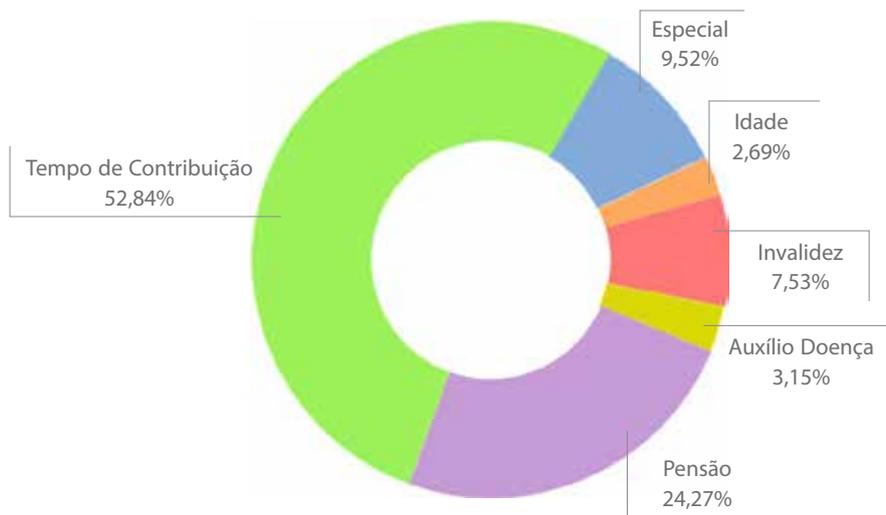
6.1.3. PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Em 31 de dezembro de 2015, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.302, o que significa um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

Tipo de Benefício	2015	2014	Varição Anual
Tempo de Contribuição	688	590	17%
Especial	124	121	2%
Idade	35	34	3%
Invalidez	98	90	9%
Auxílio-Doença	41	52	-21%
Pensão	316	295	7%
Total	1.302	1.182	10%



DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS



6.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

A avaliação atuarial propriamente dita consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2015 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Gama Consultores Associados, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em consonância com as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos, na data

base de 30 de junho de 2015. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio de 2016, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 15 de fevereiro de 2016, para vigorar no período de 01/04/2016 a 31/03/2017.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Gama encontra-se disponível neste relatório.

Em relação à paridade contributiva, para o plano de custeio de 2016, ficou estabelecido que mensalmente dever ser verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários. Desse modo, fica garantida que a contribuição do patrocinador não superará o limite da paridade contributiva.

Para informações sobre a paridade contributiva na vigência do plano de custeio de 2015, pedimos observar o item específico em “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas”, disponível neste Relatório Anual de Informações.



7. GESTÃO ADMINISTRATIVA

7.1. POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

O Nucleos trabalha para promover uma administração competente, que tenha como pilares para a gestão e a prestação de contas os interesses de seus públicos de relacionamento e as regras impostas pela legislação.

A atual administração do Nucleos tem plena consciência de que sua atuação é de fundamental importância, sendo decisiva para minimizar, sensivelmente, os possíveis prejuízos decorrentes do risco inerente à gestão do patrimônio. O esforço, permanente, tem como foco a garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela entidade.

Sempre em busca do aprimoramento dos seus sistemas corporativos, o Nucleos continua a intensificar as ações para consolidar sua gestão integrada. Ao longo do ano de 2015, reformulamos os processos de Avaliação de Riscos para proporcionar ainda mais controle e segurança. A gestão de risco é um processo interno e contínuo, aplicável a todas as atividades e unidades organizacionais e executado por todos os colaboradores, independentemente de posição, cargo ou função.

Desta forma, é importante repetir que foram, são e serão sempre observados os princípios já mencionados ao longo deste relatório, da governança corporativa: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O Instituto procura assegurar o bem-estar de seus participantes e familiares, agora e no futuro, promovendo uma administração transparente e eficiente dos recursos dos seus planos de benefícios. Para aprimorar nossa forma de relacionamento e estarmos cada vez mais próximos dos participantes, ao longo do exercício de 2015 investimos ainda no treinamento dos profissionais da área de atendimento

e no desenvolvimento de melhorias nos sistemas e canais de relacionamento da entidade.

7.2. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Conduta e Ética do Nucleos é o conjunto ideal de normas de comportamento e de valores éticos compartilhados pelos integrantes dos órgãos estatutários, colegiados, dirigentes e funcionários do Instituto e objetiva que o planejamento e execução das suas ações se deem não apenas de acordo com as normas legais, mas também com a ética e a moral que regem o dia a dia das pessoas e das instituições.

Alinhado com a cultura corporativa da entidade, o Código de Conduta e Ética do Nucleos está disponível para consulta no site www.nucleos.com.br e é dever de todos os profissionais da entidade conhecê-lo e compartilhá-lo.

7.3. SISTEMA CORPORATIVO – GESTÃO DE RISCOS

O Instituto trabalha para fortalecer e maximizar seus padrões de segurança com o objetivo de proteger seus negócios com eficácia e prudência e preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos seus planos de benefícios. Persistindo no objetivo de aprimorar seus sistemas corporativos, o Nucleos intensificou as medidas para consolidar sua gestão integrada, o que garante transparência, rapidez e confiabilidade nas suas ações e informações. Por isso, monitora constantemente os riscos aos quais está exposto, de acordo com as melhores práticas do mercado e em linha com as recomendações de supervisão baseada em risco da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

7.4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas do Nucleos com a administração do Plano Básico de Benefícios no exercício de 2015



totalizaram R\$ 14.479 mil. O detalhamento dessas despesas administrativas é apresentado no quadro

a seguir.

7.5 AUDITORIAS

Em milhares de Reais

Descrição	Administração Previdencial	Administração dos Investimentos	Total das Despesas Administrativas	% em relação ao total das despesas
Despesas Administrativas (PGA)	7.763	6.716	14.479	100,00
Pessoal e encargos	4.781	4.240	9.021	62,30
Conselheiros	121	107	228	1,57
Dirigentes	1.169	1.036	2.205	15,23
Pessoal próprio	3.456	3.065	6.521	45,04
Estagiários	35	32	67	0,46
Treinamentos, congressos e seminários	84	75	159	1,10
Viagens e estadias	82	72	154	1,06
Serviços de terceiros	1.286	972	2.258	15,60
Informática	436	386	822	5,69
Consultoria jurídica	200	177	377	2,60
Consultoria atuarial	251	-	251	1,73
Consultoria em investimentos	-	147	147	1,02
Comunicação	76	68	144	0,99
Terceirizados (limpeza/copa cozinha)	74	65	139	0,96
Auditoria contábil	70	62	132	0,91
Auditoria de benefícios	104	-	104	0,72
Consultoria em recursos humanos	38	34	72	0,50
Demais serviços de terceiros	37	33	70	0,48
Despesas gerais	915	812	1.727	11,93
Aluguel de imóvel (uso próprio)	447	397	844	5,84
Condomínio e taxas	110	98	208	1,44
Telefone	52	47	99	0,68
Serviços de impressão e cópias	46	40	86	0,59
Contribuições para associações/sindicatos	36	32	68	0,47
Seguros	34	30	64	0,44
Energia elétrica	30	27	57	0,39
Material de consumo	28	25	53	0,37
Despesas de cartório	24	21	45	0,31
Correios	22	19	41	0,28
Despesas bancárias	14	12	26	0,18
Serviços gráficos	13	11	24	0,17
Demais despesas gerais	59	53	112	0,77
Depreciação e amortização	120	107	227	1,57
Tributos	495	438	933	6,44
PIS e Cofins	397	352	749	5,16
TAFIC - Taxa de fiscalização e controle (PREVIC)	85	75	160	1,11
Imposto predial - IPTU	13	11	24	0,17



7.5.1 PREVIC – SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Em setembro, a Previc concluiu uma fiscalização no Núcleos, que teve início no dia 8 de junho de 2015. A ação fiscal de rotina foi realizada ao longo de três meses contínuos por dois auditores da Receita Federal do Brasil. O procedimento de fiscalização concluiu que não há qualquer irregularidade no Instituto.

7.5.2 PATROCINADORAS

Após a análise dos documentos solicitados pelos três auditores das patrocinadoras, respectivamente: Eletronuclear, INB e Nuclep, feita entre junho e julho de 2015, a auditoria chegou à seguinte conclusão: não foram constatadas quaisquer irregularidades.

7.5.3 BUREAU VERITAS CERTIFICATION – ISO 9001:2008

Líder mundial em serviços de avaliação de conformidade e certificação, a Bureau Veritas Certification confirmou para o Núcleos, em 13 de julho de 2015, a recertificação plena da Norma ISO 9001:2008, de “Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar”, até 12 de julho de 2018. A recertificação – obtida pela terceira vez – atestou que os processos do Núcleos continuam muito bem alinhados com as melhores práticas de governança para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

7.5.4 JOIA

Ao longo de 2015 foi implantado um sistema operacional específico para efetuar o cálculo da joia, bem como passou a auditar todos os cálculos efetuados.

É importante ressaltar que todos os casos aponta-

dos pela auditoria de Benefícios que estavam com erros no cálculo de joia dos participantes estão sendo devidamente equacionados.

8. COMUNICAÇÃO

A comunicação é vital num modelo de governança moderno. As estratégias desta área da instituição buscam aprimorar o relacionamento e aproximar cada vez mais dos participantes do Instituto.

Todos os veículos de comunicação foram desenvolvidos de forma a manter o participante sempre bem informado – o que contribui para o fortalecimento dos vínculos de confiança e reforça o compromisso do Núcleos de atender com eficácia as necessidades dos seus públicos de relacionamento.

Em 2015, a área de comunicação do Núcleos enviou 17 informativos do Nuclin Express; 11 comunicados para todos os participantes e assistidos do Núcleos; além disso, o site foi reformulado com o objetivo de facilitar a navegação e renovar o visual.

Pelo dever de informar tudo o que acontece dentro do Instituto e no setor, as publicações levantaram os principais assuntos discutidos no referido ano na esfera dos fundos de pensão, na área econômica e do próprio Núcleos. Dentre as publicações destaca-se a criação do Nuclin Express – Edição Especial/“Raio-X do Núcleos”, um resumo dos números do Instituto buscando utilizar sempre uma linguagem simples, direta e de fácil compreensão.

Ressaltamos aqui a importância de que cada participante mantenha o seu e-mail atualizado no cadastro. Só assim é possível garantir que as mensagens cheguem aos endereços eletrônicos de todos os participantes que possuem e-mail no cadastro do Instituto.



9. RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE

O Nucleos acredita que manter um relacionamento cada vez mais próximo e transparente é essencial para aumentar a satisfação dos participantes, assistidos e patrocinadoras. Por isso, a entidade disponibiliza diversos canais de relacionamento que buscam manter seus públicos sempre bem informados e atender com eficiência todos os contatos recebidos diariamente.

Em 2015, foram realizados mais de 9.000 atendimentos por meio dos diversos canais de comunicação: telefone, e-mail, fax, correspondência e pessoalmente (sem contabilizar os acessos – que podem

ser realizados a qualquer hora – através do Autoatendimento no site do Instituto). Entre os assuntos mais abordados nos atendimentos ao longo de 2015 destacam-se: empréstimos, benefícios, joia, dúvidas sobre aposentadoria, recadastramento, entre outros.

É importante destacar que, através de pesquisa realizada com 10% das pessoas que entram em contato com o Instituto por telefone, o Nucleos mede mensalmente o grau de satisfação dos participantes com o atendimento e com a comunicação. Em relação aos atendimentos pessoais, se o participante quiser, o mesmo preenche o formulário de pesquisa. A partir desse relatório, o Nucleos traça ações para consolidar, corrigir ou melhorar o que aponta os resultados das pesquisas.





SANTANDER ASSET MANAGEMENT.

EXPERIÊNCIA GLOBAL E INOVAÇÃO COM
PIONEIRISMO EM SUSTENTABILIDADE.

Presente em 11 países com mais de 20 anos de experiência em gestão de recursos de terceiros no mercado local.

Através de nossos profissionais altamente capacitados, processos e controles disciplinados, buscamos consistência de resultados aliados a uma visão pioneira em sustentabilidade.

- Nota máxima na classificação de qualidade de gestão da Moody's²;
- Destaque nos principais rankings³ especializados no mercado de fundos de investimentos, sendo eleito o “Melhor Gestor de Money Market” pela Revista Exame⁴.

Acesse www.santanderassetmanagement.com.br e saiba mais.

Central de Atendimento Santander: 4004-3535 (regiões metropolitanas) ou 0800-702-3535 (demais localidades)
SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322



Leia o prospecto/formulário de informações complementares, o formulário de informações complementares, lâmina de informações essenciais e o regulamento antes de investir. estes documentos podem ser encontrados no site santanderassetmanagement.com.br. Fundos de investimento não contam com a garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do fundo garantidor de crédito – FGC. (1) Primeira gestora a lançar, em 2001, um fundo de investimento responsável. (2) Moody's, nov./2015. (3) Ranking MBI do CEF-FGV, jan./2016, Revista EXAME de dez./2015, revista Investidor Institucional de set./2015, revista ValorInveste de dez./2014, revista Você S/A de jan./2013. (4) Onde Investir em 2016. Revista Exame: Ed. 1104, ano 49, nº 49. MATERIAL PUBLICITÁRIO.





GESTÃO DE INVESTIMENTOS

“Nenhum vento sopra a favor
de quem não sabe para onde ir”

Lucio Anneo Sêneca,
escritor e filósofo da Roma Antiga

10. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO ECONÔMICO – 2015

A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano.

No ano de 2015 a taxa de juros adotada na avaliação atuarial pelo Nucleos foi de 5,75%, que, conjugada com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 11,28%, resultou num compromisso de rendimento mínimo de 17,67%.

Podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que nos deparamos diante de um número bastante difícil para ser atingido, não apenas pelo elevado índice de inflação, como também considerando o ambiente adverso vivenciado nos campos econômico e político.

A título de lembrança, no ano de 2015 convivemos com várias preocupações, vindas da China, os sinais claros de desaquecimento da sua economia e o impacto negativo sobre preço e demanda das commodities; nos EUA, a preocupação que persistiu ainda naquele ano, com a perspectiva de alta dos juros americanos e os seus impactos sobre as demais economias e os seus ativos financeiros; no Brasil, inflação em patamar bem superior à meta, juros elevados, mercado de crédito restrito, crescimento econômico bastante decepcionante, situação fiscal muitíssimo delicada, e tudo isso conjugado com os desdobramentos da operação Lava-Jato, gerando uma crise política sem precedentes. Em decorrência desse cenário desfavorável, o Nucleos encerrou o ano com uma rentabilidade de 6,69%, ou seja, 10,98% inferior à meta atuarial.

Abaixo, quadro com a rentabilidade do Nucleos frente aos principais ativos financeiros.

	2014	2015
CDI	10,81%	13,23%
Dólar Ptax Venda	13,39%	47,01%
Ibovespa	-2,91%	-13,31%
IMA-B	14,54%	8,88%
Poupança	7,08%	8,07%
Meta Atuarial	12,34%	17,67%
INPC	6,23%	11,28%
Juros	5,75%	5,75%

CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

Dólar Ptax – Cotação do Dólar calculada pelo Banco Central do Brasil, através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.

Ibovespa – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado ANBIMA categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), que são títulos públicos que remuneram o investidor com uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

Poupança – Poupança Financeira é o principal veículo de investimento utilizado pela população. Financia investimentos em infraestrutura habitacional.

Meta Atuarial – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de inflação (INPC).

INPC – Índice de inflação calculado pelo IBGE nas 11 regiões de maior produção econômica entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários mínimos.

Juros – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.

11. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de 5 anos. Ela



obedece aos parâmetros estabelecidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, definidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Nucleos para o período de 2016 a 2020 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 23 de novembro de 2015, e suas íntegras estão disponibilizadas em nosso website, em Gestão dos Recursos > Investimentos > Políticas de Investimentos.

No tocante à taxa real de juros do plano de benefícios, relevantes modificações foram definidas pelos órgãos reguladores. No dia 15 de abril de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria Previc nº 197/2015, que estabeleceu os limites inferior e superior para a taxa real de juros de acordo com a *duration* (prazo médio de vencimento) do plano de benefícios. Em função da *duration* do PBB em 31 de dezembro de 2014, a taxa real de juros para a avaliação atuarial do exercício de 2015 ficou compreendida no intervalo de 3,80% a 5,83%, para que possa ser adotada sem necessidade de prévia autorização da Previc.

Estudo desenvolvido pela empresa Gama Consultores Associados apontou que o Nucleos, valendo-se das prerrogativas descritas na Instrução Previc 01, de 12/04/2013, poderia pleitear a utilização da taxa de juros até o limite de 6,65%. No entanto, por prudência e conservadorismo, o Instituto adotará a taxa de juros de 5,83% para o ano de 2016, correspondente ao limite superior da taxa parâmetro indicado na Portaria Previc nº 197/2015.

12. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

12.1. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o ALM (*Asset Liability*

Management). O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximize o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define os recursos necessários para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteado pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos desse plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Dessa forma, também, orientará as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório Focus, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado, para o médio e longo prazos e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Curvas de mercado da BM&F Bovespa e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação

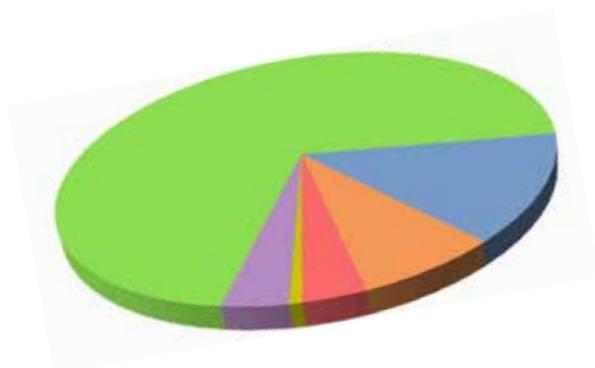


das séries históricas desses mesmos fatores de risco utilizando as fontes acima descritas.

12.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

12.2.1. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS PBB

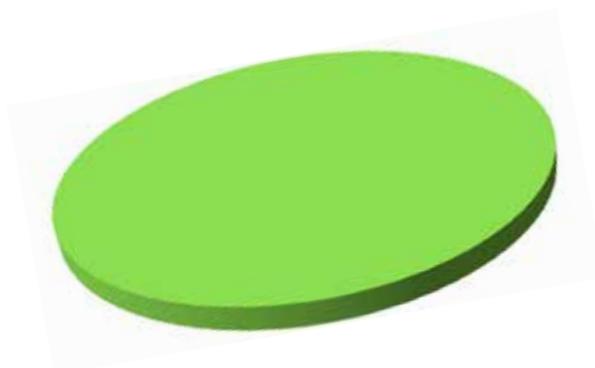
QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PBB



■	Renda Fixa - 72,47%
■	Renda Variável - 12,73%
■	Investimentos Estruturados - 7,15%
■	Imóveis - 3,35%
■	Empréstimos - 0,66%
■	Outros - 3,64%

12.2.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PGA

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PGA



■	Renda Fixa - 100,00%
--------------------------------------	----------------------

12.3. FUNDOS

A gestão dos fundos do Nucleos é realizada por gestores externos, selecionados com base no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços”, documento esse desenvolvido internamente, recomendado pelo Comitê Consultivo de Investi-

mentos – CCI, aprovado pelo Conselho Deliberativo – CD e disponível para consulta no website do Nucleos.

O Nucleos é titular dos seguintes fundos de investimentos, segmentados em renda variável, renda fixa e multimercado do segmento Estruturado:

INVESTIMENTO	GESTOR	SEGMENTO	MODALIDADE
Nucleos I Brasil Plural FIM	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos III Brasil Plural FIA	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos IV Santander FIA	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Exclusivo

Continua na página seguinte



Continuação da página anterior

INVESTIMENTO	GESTOR	SEGMENTO	MODALIDADE
Nucleos V BTG Pactual ALM RF LP	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Núcleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	J. Safra Asset Management	Renda Fixa	Exclusivo
Apex Ações 30 FIC FIA	Apex Capital	Renda Variável	Não Exclusivo
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA	BTG Pactual Asset Management	Renda Variável	Não Exclusivo
Ibiúna Equities FIC FIA	Ibirapuera Performance Investimentos	Renda Variável	Não Exclusivo
GáveaAções FIC FIA	Gávea Investimentos	Renda Variável	Não Exclusivo
JGP Explorer Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo
Safra Galileo FIM	J. Safra Asset Management	Estruturado	Não Exclusivo
GAP Long and Short FIM	GAP Prudential Gestão de Recursos	Estruturado	Não Exclusivo
Gávea Macro FIC FIM	Gávea Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Energia PCH FIP	Infra Asset	Estruturado	Não Exclusivo
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	Não Exclusivo

Em 2015 ocorreram as seguintes alterações nos fundos de investimentos:

- No dia 04/03 o Nucleos adquiriu cotas do fundo de ações não exclusivo Apex Ações 30 FIC FIA;
- No dia 04/03 o Nucleos adquiriu cotas do fundo de ações não exclusivo Ibiúna Equities FIC FIA;
- No dia 04/03 o Nucleos adquiriu cotas do fundo de ações não exclusivo BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA;
- No dia 13/03 o Nucleos adquiriu cotas do fundo de ações não exclusivo Gávea Ações FIC FIA;
- No dia 30/04 o Nucleos adquiriu cotas do fundo de ações não exclusivo JGP Explorer Institucional FIA;
- Até o dia 29/04 o Fundo Nucleos II era gerido pela GAP Asset e pertencia ao segmento de renda variável;
- A partir do dia 30/04 o Fundo Nucleos II passou a ser gerido pela Bradesco Asset e migrou para o segmento de renda fixa, passando a ser um fundo

referenciado DI;

- No dia 05/05 ocorreu o resgate total das cotas do Fundo Itaú Soberano referenciado DI LP;
- No dia 31/07 o Nucleos adquiriu cotas do fundo GAP Long Short FIM do segmento estruturado;
- No dia 31/07 o Nucleos adquiriu cotas do fundo Gávea FIC FIM do segmento estruturado;
- No dia 31/07 o Nucleos adquiriu cotas do fundo Safra Galileo FIM do segmento estruturado;
- No dia 26/08 o Fundo Nucleos V passou a ser gerido pela Santander Asset Management;
- No dia 02/09 ocorreu resgate total das cotas do Fundo Nucleos VII, com encerramento do mesmo;
- No dia 09/09 ocorreu cisão de 50% do Fundo Nucleos I, que passou a ser gerido pela Brasil Plural, em substituição à SulAmérica Investimentos, com concomitante criação do fundo Nucleos VIII, este gerido pela J. Safra Asset Management.



12.3.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS FUNDOS

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Benchmark	B-VAR	Taxa de Gestão	Taxa de Performance
Nucleos I Brasil Plural FIM	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Fixa	(30% de IMA-B + 70% de CDI) + 1,00% a.a.	1,50%	0,51% a.a.	20,00% s/ o que exceder Ibovespa + 2,00% a.a.
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	CDI	0,50%	0,04% a.a.	NA
Nucleos III Brasil Plural FIA	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 2,00% a.a.	5,00%	0,35% a.a.	20,00% s/ o que exceder Ibovespa + 2,00% a.a.
Nucleos IV Santander FIA	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa	2,50%	0,12% a.a.	NA
Nucleos V ALM FI RF LP	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 17,26%; NTN-B 2045 - 49,80%; NTN-B 2050 - 15,78%; NTN-C 2031 - 17,16%.	2,00%	0,07% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 17,26%; NTN-B 2045 - 49,80%; NTN-B 2050 - 15,78%; NTN-C 2031 - 17,16%.	2,00%	0,11% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	J. Safra Asset Management	Renda Fixa	(30% de IMA-B + 70% de CDI) + 1,00% a.a.	1,50%	0,10% a.a.	NA
Apex Ações 30 FIC FIA	Apex Capital	Renda Variável	Ibovespa + 8,00% a.a.	NA	1,90% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA	BTG Pactual Asset Management	Renda Variável	Ibovespa + 8,00% a.a.	NA	3,00% a.a.	NA
Ibiúna Equities FIC FIA	Ibirapuera Performance Investimentos	Renda Variável	Ibovespa + 8,00% a.a.	NA	2,00% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Gávea Ações FIC FIA	Gávea Investimentos	Renda Variável	Ibovespa + 8,00% a.a.	NA	1,975% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
JGP Explorer Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 8,00% a.a.	NA	2,75% a.a.	NA
Safra Galileo FIM	J. Safra Asset Management	Estruturado	CDI	NA	2,00% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
GAP Long and Short FIM	GAP Prudential Gestão de Recursos	Estruturado	CDI	NA	2,00% a.a.	25,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Gávea Macro FIC FIM	Gávea Investimentos	Estruturado	CDI	NA	1,975% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Energia PCH FIP	Infra Asset	Estruturado	INPC + 6,25% a.a.	NA	1,75% a.a.	NA
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	INPC + 6,25% a.a.	NA	0,19% a.a.	NA
Carteira Própria - Debêntures	Nucleos	Renda Fixa	INPC + 6,25% a.a.	NA	NA	NA
Carteira Própria - Imóveis	Nucleos	Imóveis	INPC + 4,50% a.a.	NA	NA	NA
Carteira Própria - Empréstimo	Nucleos	Empréstimos	INPC + 7,00% a.a.	NA	NA	NA

O B-VaR – (Benchmark VaR) é muito utilizado no controle do risco de mercado. O B-VaR atua como ferramenta de controle de risco de mercado ao qual um portfólio está exposto. Ele é entendido como uma medida da diferença entre o retorno do fundo ou carteira em relação ao retorno para o benchmark definido (índice de referência).



12.3.2. COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS EXCLUSIVOS

ALOCÇÃO	NUCLEOS I	NUCLEOS II	NUCLEOS III	NUCLEOS IV	NUCLEOS V	NUCLEOS VI	NUCLEOS VIII
Título Públicos	65,03%	100,00%	4,12%	27,40%	100,00%	100,00%	89,82%
Títulos Privados	25,27%						9,84%
Ações	9,70%		95,88%	72,60%			0,34%
Cotas de Fundos de Ações							
TOTAL	100,00%						

12.3.3. PERFORMANCE DOS FUNDOS

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Rentabilidade Líquida	Rentabilidade Bruta	Benchmark
Nucleos I Brasil Plural FIM	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Fixa	11,89%	11,91%	13,50%
Nucleos II Gap FIC FIA	GAP Prudential Gestão de Recursos	Renda Variável	9,26%	9,26%	14,22% (5)
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	9,04%	9,05%	9,12% (1)
Nucleos III Brasil Plural FIA	Brasil Plural Gestão de Recursos	Renda Variável	9,89%	9,93%	-10,96%
Nucleos IV Santander FIA	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	-12,49%	-12,49%	-13,32%
Nucleos V ALM FI RF LP	Santander Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	4,17%	4,19%	2,13%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	3,33%	3,35%	2,13%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	J. Safra Asset Management	Renda Fixa	4,87%	4,90%	5,08% (2)
Apex Ações 30 FIC FIA	Apex Capital Ltda.	Renda Variável	-9,59%	-9,32%	-8,54%
Ibiúna Equities FIC FIA	Ibirapuera Performance Investimentos Ltda.	Renda Variável	-2,44%	-2,12%	-8,54% (3)
Gávea Ações FIC FIA	Gávea Investimentos Ltda.	Renda Variável	-5,61%	-5,43%	-8,54%
JGP Explorer Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos	Renda Variável	-9,26%	-4,69%	-18,88% (4)
Safra Galileo FIM	J. Safra Asset Management	Estruturado	0,68%	0,60%	6,72%
GAP Long and Short FIM	GAP Prudential Gestão de Recursos	Estruturado	5,49%	6,50%	6,72%
Gávea Macro FIC FIM	Gávea Investimentos Ltda.	Estruturado	8,63%	8,78%	6,72%
Energia PCH FIP	Infra Asset	Estruturado	-0,41%		18,23%
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	-8,70%		18,23%

(1) Benchmark CDI de maio a dezembro/2015

(2) Benchmark 30% IMA-B + 70% CDI + 1% de setembro a dezembro/2015

(3) Benchmark Ibov + 8% de março a dezembro/2015

(4) Benchmark Ibov + 8% de maio a dezembro/2015

(5) Benchmark Ibov + 5% de janeiro a abril/2015

O gestor Brasil Plural, em 09/09/2015, assumiu a gestão do Fundo Nucleos I em substituição ao gestor Sul América



12.4. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP).

O Fundo de Investimento em Participação – CRT é gerido e administrado pela Oliveira Trust. O Nucleos possui 100,00% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, tem 99,00% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A.

O Fundo de Investimento em Participação – Energia PCH é gerido pela Infra Asset Management e administrado pelo Banco Santander Brasil S.A. O Nucleos possui aproximadamente 0,80% desse fundo.

12.4.1. CONCESSIONÁRIA RIO-TERESÓPOLIS – CRT

O prazo original do contrato de concessão encerrar-se-ia em 22 de março de 2021. Contudo, de acordo com Nota Técnica 126 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), de 26 de agosto de 2015, o contrato de concessão encontra-se em desequilíbrio e uma das seguintes ações deverá ser adotada: aporte de recursos por parte da União, aumento da tarifa de pedágio ou prorrogação do período de concessão. Diante das possibilidades de alteração nos parâmetros de operação da Concessionária Rio-Teresópolis S/A (CRT), a Oliveira Trust resolveu reavaliar a empresa CRT. Para o cálculo do valor de mercado foi utilizada a opção mais provável, ou seja, prorrogação do contrato até setembro de 2032. Para tanto, o agente fidu-

ciário entendeu que o FIP deveria contratar uma empresa para proceder avaliação da companhia. Assim, com a anuência e aprovação do Nucleos, foi contratada a empresa Hirashima & Associados Consultoria em Transações Societárias Ltda., que apontou, na data base de 30 de setembro de 2015, o valor econômico da empresa em R\$ 699.079 mil utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado, que considerou como base os resultados projetados até o final da concessão (2021), descontados à taxa de 10% (WACC).

O Nucleos está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 3.792 por deter 100,00% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003, quando o limite legal é de 25,00%. Para se enquadrar aos limites legais, o Instituto intensificou o processo de ofertas públicas, passando de semestrais (até 2012) para trimestrais a partir de 2013. As ofertas são feitas através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até o último leilão realizado, em novembro de 2015, não houve interessados na aquisição da parte excedente ao limite legal.

12.4.2. ENERGIA PCH

Trata-se de investimento realizado em agosto de 2004. A cotação do FIP é disponibilizada pelo administrador sempre no último dia do mês.

12.5. CARTEIRA PRÓPRIA

A carteira própria é constituída por ativos com risco de crédito, sendo uma debênture e um CDB. Posição em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de Reais

ATIVO	AQUISIÇÃO	VENCIMENTO	VALOR ATUALIZADO (31/12/2015)
Sanesalto - Debêntures	out/04	mai/25	10.585
Santander - CDB	out/06	jun/16	7.035
TOTAL			17.620



A rentabilidade apurada para a carteira própria foi de 19,13%, superior ao seu *benchmark* (INPC + 6,25%) de 18,23%.

As debêntures de emissão da Sanesalto Saneamento foram adquiridas em outubro de 2004, cujas condições em vigor até o exercício de 2013 previam o pagamento de juros à taxa de 11,50% ao ano, atualização monetária pelo IGP-M e amortização em 12 parcelas com término em 1º de junho de 2021. Em 26 de junho de 2014, os debenturistas, reunidos na 19ª assembleia, por maioria e com voto contrário do Nucleos, aprovaram a reestruturação das debêntures de emissão da Sanesalto, com o reescalonamento dos prazos e alteração nas condições de pagamento e remuneração. Com a reestruturação, a taxa de juros foi reduzida para 6,25% a.a. e as parcelas vencidas foram incorporadas ao principal, sendo que o prazo de pagamento passou para 10 anos, com início em junho

de 2015, após carência de 12 meses, e término em maio de 2025. Essas condições permaneceram ao longo de 2015.

12.6. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A rentabilidade apurada foi de 20,61%, superior ao seu *benchmark* (INPC + 7,00%), de 19,07%. Em dezembro de 2015 esse segmento alocava recursos na ordem de R\$ 13.500 mil.

Ao longo do ano foram revertidos valores da provisão para créditos de liquidação duvidosa devido aos acordos judiciais realizados.

12.7. IMÓVEIS

A rentabilidade da carteira de imóveis foi de 7,75%, inferior ao seu *benchmark*, de 16,28% (INPC + 4,50%).

Em milhares de Reais

Descrição	Data da última avaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil em (31/12/2015)
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	mai/13	11.985	11.871
Rua Victor Civita, 66 - Barra	dez/14	6.310	6.282
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	out/14	12.700	12.641
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	out/14	12.700	12.641
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	jan/14	25.080	24.864
Aluguéis a receber			148
Contas a pagar			
TOTAL			68.447

13. SERVIÇOS DE SUPORTE À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

13.1. AGENTE CUSTODIANTE / ADMINISTRADOR

Bradesco S.A. – Efetua guarda dos títulos, liquidação física e financeira das operações, além de prover

serviços de controladoria e compliance.

A BEM DTVM segue como administrador fiduciário, cumprindo, dentre outras, a atribuição de acompanhar se as operações realizadas pelos nossos gestores estão em conformidade com as cláusulas contratuais e com as práticas de mercado.



13.2. CONSULTORIA MACROECONÔMICA

MCM Consultoria Macroeconômica – Oferece serviços na área de estudos macroeconômicos, com avaliação de cenários, análises setoriais, entre outros.

13.3. CONSULTORIA DE RISCO

Aditus – Presta serviço de monitoramento contínuo das carteiras de investimentos considerando a avaliação da performance dos ativos, do risco de mercado e do enquadramento dos investimentos, entre outros.

13.4. BASE DE DADOS

Economática – Serviços de transmissão, via linha telefônica, de sinal decodificável por modem, de informações sobre balanços, composição acionária e de pro-

ducos, notícias, cotações proventos e assembleias de empresas negociadas em bolsa de valores do Brasil.

13.5. SERVIÇO DE ALM

Aditus Consultoria Financeira – Serviço de elaboração de estudo para identificar a alocação entre os segmentos de investimentos que permita melhor relação entre retorno e cobertura do passivo atuarial.

14. DESPESAS COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As despesas com a gestão dos investimentos do Plano Básico de Benefícios em 2015 são apresentadas no quadro a seguir. Essas despesas não incluem as apresentadas em “Despesas Administrativas”, no item Política da Administração.

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	Total das Despesas	% em relação ao total das despesas
1. Despesas com a gestão dos investimentos (2+3+4)	8.422	100,00
2. Gestão própria (2.1 + 2.2)	769	9,13
2.1. Investimentos imobiliários	659	7,82
Condomínio e taxas	563	6,68
Impostos e taxas	60	0,72
Despesas judiciais	24	0,28
Consultoria imobiliária	8	0,09
Demais despesas	4	0,05
2.2 Empréstimos a participantes (despesas deduzidas das receitas)	110	1,31
Consultoria jurídica	143	1,70
Despesas judiciais	26	0,31
Recuperação de despesas judiciais (receita)	(59)	-0,70
3. Gestão terceirizada*	7.312	86,82
Performance	3.202	38,02
Gestão	2.132	25,31
Corretagem	1.417	16,82
Taxas (CVM, Cetip, Selic, CBLC, Anbima)	390	4,63
Administração	135	1,60
Auditoria	20	0,24
Demais despesas	16	0,20
4. Custódia, taxas e emolumentos	341	4,05

*Despesas debitadas diretamente do patrimônio dos fundos de investimento.



15. INFORMAÇÕES GERAIS

15.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	(%)	2014	(%)
Renda Fixa	1.481.955	72,48	1.312.672	69,87
Certificado de Depósito Bancário	7.035	0,34	6.169	0,33
Quotas de Fundos de Renda Fixa	810.347	39,63	700.750	37,29
Quotas de Fundos de Multimercado	653.988	31,98	596.275	31,74
Debêntures não Conversíveis	10.585	0,52	9.478	0,51
Renda Variável	260.311	12,73	264.319	14,06
Quotas de Fundos de Investimento	260.311	12,73	264.319	14,06
Investimento Estruturado	146.277	7,15	150.335	8,00
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	83.273	4,07	91.834	4,89
Quotas de Fundos de Multimercado	63.004	3,08	58.500	3,11
Investimento Imobiliários	68.447	3,35	69.349	3,69
Empréstimos aos Participantes	13.500	0,66	12.457	0,66
Outros	74.372	3,64	71.134	3,78
Total dos Investimentos	2.044.862	-	1.880.265	-
(+) Disponível	247	0,01	4.295	0,23
(-) Exigibilidade dos Investimentos	-381	-0,02	-5.476	-0,29
(=) Total dos Recursos	2.044.728	100,00	1.879.085	100,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	(%)	2014	(%)
Renda Fixa	8.729	99,93	5.995	99,90
Quotas de Fundos de Renda Fixa	8.729	99,93	253	4,22
Quotas de Fundos de Multimercado	-	-	5.742	95,68
Total dos Investimentos	8.729	-	5.995	-
(+) Disponível	6	0,07	6	0,10
(=) Total dos Recursos	8.735	100,00	6.001	100,00



15.2. ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

Segmento de aplicação	ALOCAÇÃO EM 31/12/2015	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (Res. 3.792)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	76,11%	62,00%	5,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	12,73%	24,00%	0,00%	50,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	7,15%	7,00%	0,00%	17,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	4,07%	2,00%	0,00%	10,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	3,08%	5,00%	0,00%	7,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,50%	0,00%	1,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	3,35%	4,50%	0,00%	6,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	3,35%	4,50%	0,00%	6,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,66%	2,00%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,66%	2,00%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok



PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Segmento de aplicação	ALOCAÇÃO EM 31/12/2015	LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			LIMITE LEGAL (Res. 3.792)	ENQUADRAMENTO	
		Alocação Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok



15.3. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

RECURSOS GARANTIDORES PBB

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2015)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
Nucleos I Brasil Plural FIM	Renda Fixa	326.871	15,99%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	163.277	7,99%
Nucleos III Brasil Plural FIA	Renda Variável	121.237	5,93%
Nucleos IV Santander FIA	Renda Variável	44.642	2,18%
Nucleos V ALM FI RF LP	Renda Fixa	325.140	15,90%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	321.930	15,74%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	327.118	16,00%
Apex Ações 30 FIC FIA	Renda Variável	18.027	0,88%
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA	Renda Variável	19.489	0,95%
Ibiúna Equities FIC FIA	Renda Variável	19.507	0,95%
GáveaAções FIC FIA	Renda Variável	18.815	0,92%
JGP Explorer Institucional FIA	Renda Variável	18.595	0,91%
Safra Galileo FIM	Estruturado	20.181	0,99%
GAP Long and Short FIM	Estruturado	21.098	1,03%
Gávea Macro FIC FIM	Estruturado	21.725	1,06%
Energia PCH FIP	Estruturado	6.121	0,30%
CRT FIP	Estruturado	77.152	3,77%
TOTAL TERCEIRIZADO		1.870.923	91,50%
GESTÃO INTERNA			
Carteira Própria	Renda Fixa	17.620	0,86%
Carteira Própria	Imóveis	68.447	3,35%
Carteira Própria	Empréstimos	13.500	0,66%
TOTAL GESTÃO INTERNA		99.567	4,87%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS		3.189	0,16%
OUTROS REALIZÁVEIS		71.183	3,48%
DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL		-133	-0,01%
TOTAL		2.044.728	100,00%

RECURSOS GARANTIDORES PGA

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2015)	% RECURSOS (PGA)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	8.606	98,52%
Votorantim Institucional RF	Renda Fixa	123	1,41%
TOTAL TERCEIRIZADO		8.729	99,93%
DISPONÍVEL		6	0,07%
TOTAL		8.735	100,00%

Observação: Recursos Garantidores – De acordo com a Instrução MPS/Previc nº 1, de 13 de abril de 2010, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de

Previdência Complementar os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.



15.4. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA POR SEGMENTO

SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	META ATUARIAL (%)
Renda Fixa	8,69	8,58	17,67
Renda Variável	1,20	0,75	
Investimentos Estruturados	1,71	1,29	
Imóveis	8,74	7,75	
Empréstimos	21,63	20,61	

SEGMENTO DE INVESTIMENTO DO PGA

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	14,18	13,10

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa Cetip, Taxa CBLC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa / Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Imóveis e Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos. A rentabilidade bruta do segmento de empréstimos excluiu efeitos líquido das despesas judiciais, menos a recuperação dessas despesas.

15.5. RENTABILIDADE LÍQUIDA POR SEGMENTO E GLOBAL

SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB

SEGMENTO	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	8,58
Renda Variável	0,75
Investimento Estruturado	1,29
Imóveis	7,75
Empréstimo	20,61
CARTEIRA GLOBAL	6,69
META ATUARIAL	17,67

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2010, ano após ano, observamos uma evolução crescente dos déficits das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Foram vá-

rios os fatores, mas uma das principais causas pode ser atribuída às diversas dificuldades impostas pela conjuntura econômica brasileira e internacional e outra, mais recentemente, ao cenário político nacional e aos desdobramentos da operação Lava-Jato.



A situação, aos olhos do governo e dos agentes desse mercado, não é de insolvência, mas o setor necessitava de regras mais flexíveis visando ao equacionamento do déficit, e conseguiu. A partir de 2016, as EFPCs seguirão novas regras no que diz respeito à solvência dos planos de benefícios. Com a mudança, aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), no dia 25 de novembro de 2015, o equacionamento dos déficits dos fundos de pensão passará a ser feito de acordo com a *duration* (prazo médio de vencimento) dos planos – termo utilizado para indicar o tempo médio de pagamento de benefícios aos participantes.

Ou seja, com essas novas regras, as entidades terão mais tempo para solucionar o déficit, de acordo com o prazo de pagamento dos benefícios (quanto maior o prazo, maior a tolerância).

Como resultado prático, planos com *duration* maior, que é o caso do Nucleos, terão um prazo maior para equacionamento do déficit. Isso permite, inclusive, não cobrar taxas extras dos participantes agora, e talvez desnecessariamente, haja vista que o déficit poderá ser solucionado mais adiante com o resultado das aplicações feitas a longo prazo, segundo a conjuntura econômica.

Pela norma antiga, os fundos eram obrigados a adotar uma alternativa (aporte financeiro da patrocinadora e dos participantes) para cobrir o déficit, se o resultado negativo se repetisse por três anos consecutivos, e no caso de déficit superior a 10% das reservas, o equacionamento precisaria ser feito já no ano seguinte.

Os quadros abaixo ilustram a evolução do déficit técnico do Nucleos, considerando a nova normatização.

Exercício	Déficit acumulado	Provisões matemáticas (PMAT)	% déficit s/ PMAT
2013	273.446	2.138.925	12,78
2014	152.640	2.385.669	6,40
2015	83.363	2.513.228	3,32



Quanto aos investimentos, depois de um ano muito movimentado, em que o Brasil se viu em meio à crise econômica e política, a expectativa para 2016 é de mais dificuldades em meio a muitas incertezas.

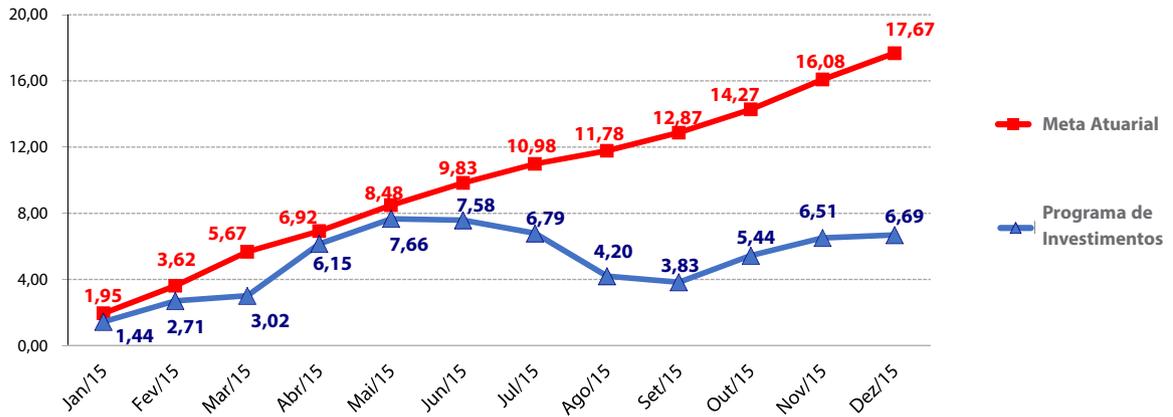
No que diz respeito aos dados econômicos, o quadro de contração econômica, inflação elevada e deterioração fiscal se mantém – na nossa avaliação – ao longo do ano de 2016.

Para 2016, vislumbra-se um ambiente político instável, de continuidade de uma relação conflituosa entre o Congresso e o Governo, com reflexos na aprovação de medidas importantes de cunho fiscal.

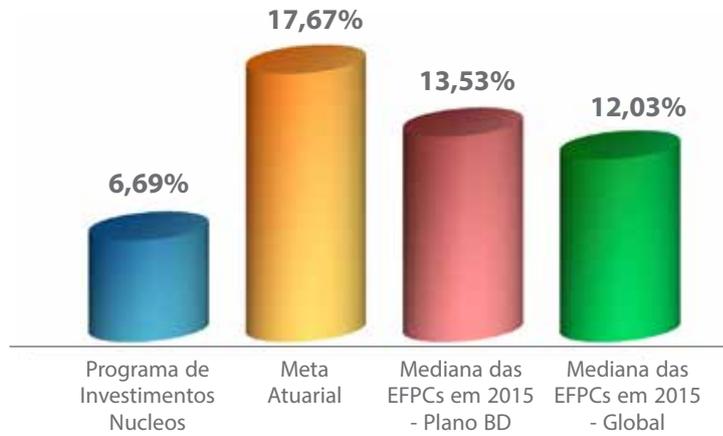
No front externo, destacam-se as preocupações com o enfraquecimento da economia chinesa, com a deterioração dos mercados emergentes e, por conseguinte, seus efeitos na economia mundial.

Esses sinais anunciam mais um ano desafiador para os investimentos, indicando que uma das ações mais importantes é manter a serenidade, evitando tomar decisões precipitadas. Nesse sentido, tentar entender o cenário econômico nacional e internacional, contar com toda a estrutura que está ao nosso alcance, seja através das consultorias na área econômica, na área de risco e mercado e aproveitar o conhecimento dos nossos gestores será fundamental para tomar as melhores decisões de investimentos.

**META ATUARIAL VS PROGRAMA DE INVESTIMENTOS
EVOLUÇÃO ACUMULATIVA EM 2015**



**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NUCLEOS vs EFPCs
RENTABILIDADE ACUMULADA EM 2015 (DEZEMBRO)**



Fonte: RiskOffice / Nucleos







RESULTADOS

"Não tenha medo de desistir do bom
para perseguir o ótimo"

John D. Rockefeller,
fundador da Standard Oil Company

RESULTADOS

17. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

17.1. CONSOLIDADO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2015	2014
Disponível	4	253	4.301
Realizável		2.443.181	2.245.551
Gestão previdencial	5	389.375	358.131
Gestão administrativa	6	215	237
Investimentos	7	2.053.591	1.887.183
Créditos privados e depósitos		17.620	15.647
Fundos de investimento		1.879.652	1.718.596
Investimentos imobiliários		68.447	69.349
Empréstimos e financiamentos		13.500	12.457
Depósitos judiciais/recursais		3.189	8.077
Outros realizáveis		71.183	63.057
Permanente	8	448	626
Imobilizado		398	557
Intangível		50	69
Total do ativo		2.443.882	2.250.478

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	NOTA	2015	2014
Exigível operacional	9	3.527	3.675
Gestão previdencial		2.147	2.300
Gestão administrativa		1.306	1.301
Investimentos		74	74
Exigível contingencial	10	960	5.846
Gestão previdencial		265	286
Gestão administrativa		388	158
Investimentos		307	5.402
Patrimônio social		2.439.395	2.240.957
Patrimônio de cobertura do plano	11	2.429.865	2.233.029
Provisões matemáticas		2.513.228	2.385.669
Benefícios concedidos		823.534	548.853
Benefícios a conceder		1.723.013	1.875.813
(-) Provisões matemáticas a constituir		(33.319)	(38.997)
Equilíbrio técnico		(83.363)	(152.640)
Resultados realizados		(83.363)	(152.640)
(-) Déficit técnico acumulado		(83.363)	(152.640)
Fundos	12	9.530	7.928
Fundos administrativos		7.704	6.328
Fundos dos investimentos		1.826	1.600
Total do passivo e patrimônio social		2.443.882	2.250.478

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	2.240.957	1.880.365	19,18
1. Adições	459.888	590.024	-22,06
Contribuições previdenciais	312.160	273.463	14,15
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	131.362	301.356	-56,41
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	46	203	-77,34
Receitas administrativas	15.023	13.843	8,52
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	1.071	738	45,12
Constituição de fundos de investimento	226	421	-46,32
2. Destinações	(261.450)	(229.432)	13,96
Benefícios	(246.732)	(215.594)	14,44
Despesas administrativas	(14.479)	(13.683)	5,82
Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	(239)	(155)	54,19
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	198.438	360.592	-44,97
Provisões matemáticas	127.559	246.744	-48,30
Superávit técnico do exercício	69.277	120.806	-42,65
Fundos previdenciais	-	(8.122)	-100,00
Fundos administrativos	1.376	743	85,20
Fundos dos investimentos	226	421	-46,32
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	2.439.395	2.240.957	8,86

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	6.328	5.585	13,30
1. Custeio da gestão administrativa	16.094	14.581	10,38
1.1. Receitas	16.094	14.581	10,38
Custeio administrativo da gestão previdencial	13.213	12.145	8,79
Custeio administrativo dos investimentos	1.723	1.568	9,89
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	62	64	-3,13
Receitas diretas	25	37	-32,43
Resultado positivo líquido dos investimentos	1.071	738	45,12
Outras receitas	-	29	-100,00
2. Despesas administrativas	14.479	13.683	5,82
2.1. Administração previdencial	7.763	7.389	5,06
Pessoal e encargos	4.781	4.295	11,32
Treinamentos/congressos e seminários	84	64	31,25
Viagens e estadias	82	79	3,80
Serviços de terceiros	1.286	1.464	-12,16
Despesas gerais	915	879	4,10
Depreciações e amortizações	120	135	-11,11
Tributos (i)	495	473	4,65
2.2. Administração dos investimentos	6.716	6.294	6,70
Pessoal e encargos	4.240	3.808	11,34
Treinamentos/congressos e seminários	75	57	31,58
Viagens e estadias	72	70	2,86
Serviços de terceiros	972	1.039	-6,45
Despesas gerais	812	780	4,10
Depreciações e amortizações	107	120	-10,83
Tributos (i)	438	420	4,29
3. Constituição de contingências administrativas (ii)	239	155	54,19
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)	1.376	743	85,20
7. Constituição do fundo administrativo (6)	1.376	743	85,20
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)	7.704	6.328	21,74

(i) Na demonstração do plano de gestão administrativa do exercício de 2014, os valores do grupo de despesa "tributos" foram adicionados ao grupo "despesas gerais", conforme orientações da Previc, por meio do Ofício Circular nº 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC. Em 2015, a demonstração do plano de gestão administrativa foi adaptada, com a inclusão do grupo de despesa "tributos", conforme Instrução Previc nº 25, de 17/12/2015.

(ii) As informações da demonstração do plano de gestão administrativa do exercício de 2015 foram adequadas às alterações promovidas pela Instrução Previc nº 25, de 17/12/2015. Na demonstração do plano de gestão administrativa do exercício de 2014, essa informação foi apresentada no grupo de "despesas administrativas".

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



17.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	2.442.188	2.249.019	8,59
Disponível	247	4.295	-94,25
Recebível	397.079	364.459	8,95
Investimento	2.044.862	1.880.265	8,75
Créditos privados e depósitos	17.620	15.647	12,61
Fundos de investimento	1.870.923	1.711.678	9,30
Investimentos imobiliários	68.447	69.349	-1,30
Empréstimos e financiamentos	13.500	12.457	8,37
Depósitos judiciais/recursais	3.189	8.077	-60,52
Outros realizáveis	71.183	63.057	12,89
2. Obrigações	2.793	8.062	-65,36
Operacional	2.221	2.374	-6,44
Contingencial	572	5.688	-89,94
3. Fundos não previdenciais	9.530	7.928	20,21
Fundos administrativos	7.704	6.328	21,74
Fundos dos investimentos	1.826	1.600	14,13
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	2.429.865	2.233.029	8,81
Provisões matemáticas	2.513.228	2.385.669	5,35
Déficit técnico	(83.363)	(152.640)	-45,39

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	2.233.029	1.873.601	19,18
1. Adições	456.781	587.167	-22,21
Contribuições previdenciais	325.373	285.608	13,92
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	131.362	301.356	-56,41
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	46	203	-77,34
2. Destinações	(259.945)	(227.739)	14,14
Benefícios	(246.732)	(215.594)	14,44
Custeio administrativo	(13.213)	(12.145)	8,79
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	196.836	359.428	-45,24
Provisões matemáticas	127.559	246.744	-48,30
Fundos previdenciais	-	(8.122)	-100,00
Superávit técnico do exercício	69.277	120.806	-42,65
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	2.429.865	2.233.029	8,81
C) Fundos não previdenciais	9.530	7.928	20,21
Fundos administrativos	7.704	6.328	21,74
Fundos dos investimentos	1.826	1.600	14,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	2.434.484	2.242.691	8,55
1. Provisões matemáticas	2.513.228	2.385.669	5,35
1.1. Benefícios concedidos	823.534	548.853	50,05
Benefício definido	823.534	548.853	50,05
1.2. Benefícios a conceder	1.723.013	1.875.813	-8,15
Benefício definido	1.723.013	1.875.813	-8,15
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(33.319)	(38.997)	-14,56
(-) Serviço passado	(33.319)	(38.997)	-14,56
(-) Patrocinadores	(33.319)	(38.997)	-14,56
2. Equilíbrio técnico	(83.363)	(152.640)	-45,39
2.1. Resultados realizados	(83.363)	(152.640)	-45,39
(-) Déficit técnico acumulado	(83.363)	(152.640)	-45,39
3. Fundos	1.826	1.600	14,13
3.1. Fundos previdenciais	-	-	-
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.826	1.600	14,13
4. Exigível Operacional	2.221	2.374	-6,44
4.1. Gestão previdencial	2.147	2.300	-6,65
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	74	74	-
5. Exigível Contingencial	572	5.688	-89,94
5.1. Gestão previdencial	265	286	-7,34
5.2. Investimentos - Gestão previdencial	307	5.402	-94,32

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



17.3. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Nucleos – Instituto de Seguridade Social (“Nucleos”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social. É uma entidade regida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001 (LC 108/2001 e LC 109/2001).

A Entidade tem por objetivo instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep e Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do Nucleos, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

Na consecução desse objetivo, o Instituto segue o disposto em seu estatuto social e no regulamento do plano de benefícios, bem como nos normativos expedidos pelo órgão regulador do sistema de previdência complementar, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelo órgão de supervisão e fiscalização, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, na forma da LC 108/2001 e LC 109/2001.

O Nucleos administra o Plano Básico de Benefícios

– PBB (CNPB nº 19.790.022-74), na modalidade de benefício definido, cujo regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2015, conta com 3.582 participantes ativos (3.689 em 2014) e 1.261 assistidos (1.130 em 2014).

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as provisões necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Nucleos está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), principalmente, por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e pela Resolução do Conse-



Iho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, assim como as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

Na demonstração do plano de gestão administrativa, conforme notas apresentadas na respectiva demonstração, os valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 das rubricas “tributos” e “constituição de contingências administrativas” foram realocados, em conformidade com as alterações promovidas pela Instrução Previc nº 25, de 17/12/2015, a fim de preservar a comparabilidade das informações.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25 de fevereiro de 2016.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

3.1. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2. GESTÃO PREVIDENCIAL - REALIZÁVEL

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso,

contratadas ou não contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou no regulamento do plano de benefícios, até a data do balanço. A atualização das contribuições em atraso em discussão judicial foi totalmente provisionada para perda.

3.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA - REALIZÁVEL

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros, além de gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.4. INVESTIMENTOS - REALIZÁVEL

Títulos Públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimento

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de investimento, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria “Títulos para negociação” e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatá-



veis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria “Títulos mantidos até a data do vencimento” e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa, renda variável e estruturados estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último

dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período.

Investimentos imobiliários

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Empréstimos

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, que determina a adoção de percentuais de reconhecimento de perda sobre os valores dos créditos vencidos ou vencidos conforme o tempo de atraso, quais sejam: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias; 50% para atrasos entre 121 e 240 dias; 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

3.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão pre-



videncial, administrativa e investimentos foram realizados em cumprimento de decisões judiciais e/ou para garantia da ampla defesa em demandas e litígios contra o Nucleos. Esses depósitos são atualizados monetariamente até a data do balanço.

3.6. PERMANENTE

O ativo permanente é composto pelo imobilizado e intangível. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível são apresentados pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

3.7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O exigível contingencial é registrado pelo montante estimado de perda considerada provável, de acordo com a avaliação dos escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

3.9. PATRIMÔNIO SOCIAL

3.9.1. Provisões matemáticas

São calculadas por atuário, de acordo com a nota técnica atuarial, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

3.9.2. Equilíbrio técnico

Registra o excedente patrimonial (superávit técnico) ou a insuficiência patrimonial (déficit técnico) em relação aos compromissos totais do plano de benefícios administrado pelo Nucleos.

3.9.3. Fundos

Estão registrados os fundos da gestão administrativa e dos investimentos. O fundo administrativo é constituído ou revertido com o resultado entre receitas e despesas da gestão administrativa (sobra ou insuficiência) e é utilizado como fonte de custeio administrativo, de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

3.10. USO DE ESTIMATIVAS

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4. DISPONÍVEL

Os saldos consolidados das disponibilidades em 31 de dezembro de 2015, no total de R\$ 253 (R\$ 4.301 em 2014), estão livremente disponíveis e não vinculados a qualquer obrigação.



5. GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do realizável da gestão previdencial, em 31 de dezembro, é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Contribuições normais do mês	6.401	5.860
Contribuições extraordinárias do mês	943	983
Contribuições em atraso	-	-
Contribuições contratadas	381.227	350.458
Depósitos judiciais e recursais	804	773
Outros realizáveis	-	57
	389.375	358.131

5.1. CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DO MÊS

Referem-se às contribuições normais, de responsabilidade de participantes e patrocinadoras, relativas ao mês de dezembro, que foram regularmente re-

cebidas no respectivo vencimento. As contribuições normais devidas pela patrocinadora Nucleos ao plano de benefícios foram recebidas em dezembro. A composição do saldo a receber das demais patrocinadoras em 31 de dezembro é como segue:

	2015			2014		
	Patrocinador	Participante	Total	Patrocinador	Participante	Total
INB	881	745	1.626	801	675	1.476
Eletronuclear	1.375	1.166	2.541	1.439	1.148	2.587
Nuclep	1.230	1.004	2.234	923	874	1.797
	3.486	2.915	6.401	3.163	2.697	5.860

5.2. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO MÊS

Referem-se às contribuições extraordinárias de serviço passado, de responsabilidade das patrocinadoras, relativas ao mês de dezembro, que foram regu-

larmente recebidas no respectivo vencimento. As contribuições devidas pela patrocinadora Nucleos ao plano de benefícios foram recebidas em dezembro. A composição do saldo a receber das demais patrocinadoras em 31 de dezembro é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
INB	238	249
Eletronuclear	372	447
Nuclep	333	287
	943	983



5.3. CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO

Registra as contribuições não recolhidas e não contratadas pela patrocinadora Nuclep relativas aos períodos a seguir descritos. Essas contribuições foram objeto de cobrança judicial, sendo que os saldos

(crédito e provisão) foram baixados definitivamente em novembro de 2015, em virtude da decisão desfavorável ao Nucleos e o encerramento do processo (vide Nota 5.4.4). A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Contribuições devidas até agosto/1988	-	16.304
(-) Provisão para perda	-	(16.304)
Contribuições devidas de janeiro/1995 a dezembro/2000	-	32.551
(-) Provisão para perda	-	(32.551)
	-	-

5.4. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Registra as contribuições em atraso objeto de contrato com as patrocinadoras INB e Nuclep (Termo de Transação), firmado em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, além das contribuições em atraso, objeto do contrato firmado com

a Nuclep em 31 de dezembro de 1994, em que o montante da dívida foi objeto de discussão judicial, cujos saldos (crédito e provisão) foram baixados definitivamente em novembro de 2015, em virtude da decisão desfavorável ao Nucleos e o encerramento do processo (vide Nota 5.4.4). A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
INB - contrato de maio/2006	175.886	162.437
Nuclep - contrato de novembro/2007	205.341	188.021
Nuclep - dívida em discussão judicial	-	728.350
(-) Provisão para perda	-	(728.350)
	381.227	350.458

5.4.1. Patrocinadora INB – contrato de maio/2006

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora INB e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em maio de 2006 e homologado em juízo em novembro de 2006. Pelos termos do acordo, a dívida consolidada, existente até 31 de maio de 2006, data da assinatura do termo de tran-

sação, será paga em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela "Price"), com início em julho de 2006, devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo está demonstrada a seguir:



	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	162.437	156.253
Parcelas pagas	(14.245)	(13.060)
Atualização	27.694	19.244
Saldo no final do exercício	175.886	162.437

5.4.2. Patrocinadora Nuclep – contrato de novembro/2007

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora Nuclep e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em novembro de 2007 e homologado em juízo, cujo objeto é a composição parcial da dívida previdencial e assistencial, no valor de R\$ 120.111, atualizada até outubro de 2007, oriunda da ação de cobrança movida pelo

Nucleos em face da Nuclep (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001) – vide Nota 5.4.4. Pelos termos do acordo, a dívida será paga em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela “Price”), com início em dezembro de 2009, devidamente atualizada pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo está demonstrada a seguir:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Saldo no início do exercício	188.021	180.094
Parcelas pagas	(15.427)	(14.085)
Atualização	32.747	22.012
Saldo no final do exercício	205.341	188.021

5.4.3. Patrocinadora Nuclep – dívida em discussão judicial

Refere-se ao saldo da dívida que estava em discussão judicial, objeto da Ação de Cobrança (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001), movida pelo Nucleos em face da Nuclep. Os saldos (crédito e provisão) foram baixados definitivamente em novembro de 2015, em virtude de decisão desfavorável ao Nucleos e o encerramento do processo (vide Nota 5.4.4).

5.4.4. Cobrança judicial – dívidas da gestão previdencial

Em dezembro de 2002, a Entidade ajuizou Ação de

Cobrança contra a Nuclep (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001), para o recebimento de contribuições em atraso, contratadas e não contratadas, devidas pela referida patrocinadora.

Em julho de 2007, por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a patrocinadora Nuclep foi condenada ao pagamento do montante de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006.

Em novembro de 2007, em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora Nuclep. O valor parcial equacionado, em 31 de outubro de 2007, montava a R\$ 120.111.



Em julho de 2011, a 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela Nuclep, para reduzir a condenação imposta na decisão proferida em julho de 2007. De acordo com essa decisão a dívida ficaria reduzida à importância de R\$ 120.111, valor atualizado em 31 de outubro de 2007 e objeto do equacionamento parcial firmado pelas partes, conforme Termo de Transação, homologado judicialmente.

Em maio de 2012, pretendendo a reforma do acórdão proferido em julho de 2011, no julgamento da apelação, o Nucleos interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que tiveram seguimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em julho de 2012, o Nucleos interpôs Agravos de Instrumento contra a decisão que inadmitiu os Recursos Especial e Extraordinário. O Agravo de Instrumento em Recurso Especial foi autuado sob o nº 222312, distribuído à Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, ficando a remessa do Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário ao STF condicionada ao julgamento do primeiro recurso.

Em dezembro de 2014, o Agravo de Instrumento em Recurso Especial foi julgado por decisão monocrática do Ministro Relator, que negou provimento ao recurso considerando que o Nucleos estaria pretendendo rever os termos do acordo celebrado entre as partes. Na sua decisão o Ministro Relator entendeu que o acordo celebrado em novembro de 2007 compreendia a totalidade da dívida. Contra essa decisão, o Nucleos interpôs, em 05 de dezembro de 2014, Agravo Regimental.

Em março de 2015, foi negado seguimento ao Agravo Regimental. O Nucleos interpôs Embargos de Declaração contra a decisão, tendo sido negado provimento a este recurso.

Em abril de 2015, após o julgamento dos Embargos de Declaração, os autos foram remetidos ao STF para julgamento do Agravo de Instrumento interposto pelo Nucleos contra a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que inadmitiu o Recurso Extraordinário do Instituto.

Em abril de 2015, foi negado seguimento ao referido Agravo de Instrumento em decisão monocrática da Ministra Relatora. Em maio de 2015, foi interposto Agravo Regimental contra esta decisão monocrática.

Em outubro de 2015, foi negado provimento ao Agravo Regimental do Nucleos. Sem que houvesse qualquer outro recurso cabível, a decisão transitou em julgado em 19 de novembro de 2015. O processo está encerrado, aguardando apenas o arquivamento dos autos.

5.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos em discussão na esfera judicial, envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data do balanço pela rentabilidade da caderneta de poupança ou pelo rendimento aplicável às contas vinculadas do FGTS, no caso de depósitos recursais da Justiça do Trabalho, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2015, monta a R\$ 804 (R\$ 773 em 2014).

5.6. OUTROS REALIZÁVEIS

Corresponde ao saldo a receber do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativo a adiantamentos concedidos aos assistidos do Nucleos, por conta de convênio com o INSS encerrado em 2009. Em dezembro de 2014 foi reconhecida provisão para perda no valor de R\$ 42, referente à parcela do crédito em discussão administrativa com o INSS. O Nucleos solicitou ao INSS acesso ao processo de reembolso dos adiantamentos, além de esclarecimentos for-



mais sobre os motivos que levaram à redução do valor, uma vez que montante a ser reembolsado já tinha sido reconhecido e confirmado pelo órgão. Em maio de 2015 foi recebido o montante reconhecido pelo INSS, no valor de R\$ 57, que corresponde ao saldo líquido de provisão em dezembro de 2014. Além do pagamento realizado em maio de 2015, o INSS forneceu ao Nucleos os documentos que embasaram a redução do valor inicialmente reconhecido pelo órgão. Após análise dessa documentação, considerando os aspectos técnicos jurídicos e a relação custo benefício para a contestação judicial, a Administração do Nucleos decidiu pela baixa definitiva do saldo remanescente, no valor de R\$ 42 (in-

tegralmente provisionado em dezembro de 2014), encerrando definitivamente a relação do Nucleos com o INSS referente ao extinto convênio.

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da gestão administrativa registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros, os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes, os depósitos judiciais e recursais vinculados a processos da gestão administrativa e o saldo do almoxarifado. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2015	2014
Contas a receber	75	92
Despesas antecipadas	85	83
Depósitos judiciais/recursais	55	62
	215	237

7. INVESTIMENTOS

A composição do realizável dos investimentos, posição sintética consolidada, em 31 de dezembro é como segue:

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2015	2014
Créditos privados e depósitos	17.620	15.647
Fundos de investimento	1.879.652	1.718.596
Investimentos imobiliários	68.447	69.349
Empréstimos e financiamentos	13.500	12.457
Depósitos judiciais/recursais	3.189	8.077
Outros realizáveis	71.183	63.057
	2.053.591	1.887.183

7.1. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Estão registradas as aplicações em títulos privados e va-

lores a receber de empresas privadas, com gestão própria do Nucleos (carteira própria). A composição, posição consolidada em 31 de dezembro, é como segue:



Em milhares de Reais

	2015	2014
Certificados de depósito bancário - CDB	7.035	6.169
Banco Santander	7.035	6.169
Debêntures não conversíveis	10.585	9.478
Sanesalto Saneamento	10.585	9.478
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)	51.509	40.951
(-) Provisão para perda (Ulbra)	(51.509)	(40.951)
Têxtil Renaux (TXRX)	15.350	15.281
(-) Provisão para perda (TXRX)	(15.350)	(15.281)
	17.620	15.647

Os CDBs de emissão do Banco Santander foram adquiridos em outubro de 2006 e integraram o patrimônio do fundo de investimento Nucleos II até 15 de junho de 2012, data em que foram transferidos para a carteira própria do Nucleos.

Os certificados de depósito bancário foram registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado na data do balanço.

As debêntures de emissão da Sanesalto Saneamento foram adquiridas em outubro de 2004, cujas condições em vigor até o exercício de 2013 previam o pagamento de juros à taxa de 11,50% ao ano, atualização monetária pelo IGP-M e amortização em 12 (doze) parcelas com término em 01 de junho de 2021. Em 26 de junho de 2014, os debenturistas reunidos na 19ª. assembleia, por maioria e com voto contrário do Nucleos, aprovaram a reestruturação das debêntures de emissão da Sanesalto, com o reescalonamento dos prazos e alteração nas condições de pagamento e remuneração. Com a reestruturação a taxa de juros foi reduzida para 6,25% ao ano e as parcelas vencidas foram incorporadas ao principal, sendo que o prazo de pagamento passou para 10 anos, com início em junho de 2015, após carência de 12 meses, e término em

maio de 2025. Até o fechamento destas notas explicativas, as parcelas da amortização e juros foram recebidas regularmente, conforme aprovado na assembleia de 26 de junho de 2014.

As debêntures de emissão da Ulbra foram adquiridas em 2003 e 2004, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela Ulbra na escritura de emissão de debêntures, e aguarda o desfecho do processo. Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2015, monta a R\$ 51.509 (R\$ 40.951 em 2014).

As debêntures de emissão da Têxtil Renaux foram adquiridas em 2005, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou com ação judicial de execução em 2006 para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente, e aguarda o desfecho do processo. Em 31 de agosto de 2006 foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2015, monta a R\$ 15.350 (R\$ 15.281 em 2014).



7.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

Registra as aplicações de recursos por meio de fundos de investimento referenciado, de renda fixa,

multimercado, em ações e em participações, nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturados. A composição, posição consolidada em 31 de dezembro, é como segue:

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2015	2014
Fundos de investimento referenciado	171.883	77.068
Itaú Soberano Referenciado DI	-	77.068
Nucleos II - FI Referenciado DI	171.883	-
Fundos de investimento renda fixa	647.192	623.791
Nucleos V - ALM FI RF Longo Prazo	325.140	312.123
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM	321.929	311.559
Votorantim FICFI	123	109
Fundos de investimento multimercado	716.993	661.584
Nucleos I - Brasil Plural FIM	326.871	603.084
Nucleos VII - Vinci Partners FIC FIM	-	58.500
Nucleos VIII - FI Multimercado	327.118	-
Fundos não exclusivos	63.004	-
Fundos de investimento em ações	260.311	264.319
Nucleos II - GAP FIC FIA	-	102.980
Nucleos III - Brasil Plural FIA	121.236	110.325
Nucleos IV - Santander FIA	44.642	51.014
Fundos não exclusivos	94.433	-
Fundos de investimento em participações	83.273	91.834
CRT FIP	77.152	85.687
Energia PCH FIP	6.121	6.147
	1.879.652	1.718.596

Os recursos do Itaú Soberano Referenciado DI Longo Prazo – Fundo de Investimento foram totalmente resgatados em maio de 2015 e aplicados

no fundo de investimento Nucleos II – Fundo de Investimento Referenciado DI, nova denominação do fundo de investimento Nucleos II – GAP FIC FIA,



alterada em abril de 2015.

A denominação do fundo de investimento Nucleos V foi alterada em agosto de 2015, em virtude da troca do gestor.

O fundo de investimento Nucleos I teve a sua denominação alterada em agosto de 2015, em razão da troca do gestor. No mesmo período ocorreu a cisão do patrimônio, com a criação do fundo de investimento Nucleos VIII.

O fundo de investimento Nucleos VII – Vinci Partners, fundo multimercado do segmento de investimentos

estruturados, foi encerrado em setembro de 2015. Os recursos desse fundo foram totalmente resgatados, no decorrer dos meses de julho, agosto e setembro de 2015, e aplicados em fundos de investimento multimercado, não exclusivos, do mesmo segmento.

Os recursos do fundo de investimento Nucleos II – GAP FIC FIA foram resgatados e aplicados em fundos de investimento em ações, não exclusivos, segmento de renda variável. Essas operações ocorreram em março e abril de 2015.

A composição dos fundos de investimento não exclusivos, posição em 31 de dezembro, é como segue:

	<i>Em milhares de Reais</i>
	2015
Fundos de investimento multimercado	63.004
Safrá Galileo FIM	20.181
GAP Long Short FIM	21.098
Gávea Macro FIC FIM	21.725
Fundos de investimento em ações	94.433
Apex Ações 30 FIC FIA	18.027
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA	19.489
Gávea Ações FIC FIA	18.815
JGP Explorer Institucional FIA	18.595
Ibiuna Equities FIC FIA	19.507
	157.437

Os recursos aplicados no fundo BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA foram integralmente resgatados no final de 2015. O recebimento dos recursos resgatados (liquidação financeira) ocorreu em 04/01/2016.

Os valores apresentados correspondem ao patrimônio líquido dos fundos de investimento e, no caso dos fundos não exclusivos, representam a participa-

ção do Nucleos no patrimônio líquido de cada fundo. Os fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

A identificação dos fundos de investimento, seus gestores e administradores estão listados a seguir:



Fundo de investimento	Gestor	Administrador
Nucleos I - Brasil Plural Fundo de Investimento Multimercado	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda. (i)	BEM DTVM Ltda.
Nucleos II - Fundo de Investimento Referenciado DI	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM (ii)	BEM DTVM Ltda.
Nucleos III - Brasil Plural FI em Ações	Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos IV - Santander Fundo de Investimento em Ações	Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos V - ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (iii)	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VIII - Fundo de Investimento Multimercado	J. Safra Asset Management Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Votorantim Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Federal Referenciado DI	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	Votorantim Asset Management DTVM Ltda.
Apex Ações 30 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	Apex Capital Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
BTG Pactual Absoluto Institucional Fundo de Investimento de Ações	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Gávea Ações Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Gávea Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
JGP Explorer Institucional Fundo de Investimento em Ações	JGP Gestão de Recursos Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Ibiuna Equities Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Ibirapuera Performance Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Safra Galileo Fundo de Investimento Multimercado	J. Safra Asset Management Ltda.	JS Adm. Recursos S/A
GAP Long Short Fundo de Investimento Multimercado	GAP Prudencial LT Gestão de Recursos Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Gávea Macro Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Gávea Investimentos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
CRT FIP	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Energia PCH FIP	Infra Asset Management Ltda.	Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.

(i) Até 30/08/2015 sob gestão da Sul América Investimentos DTVM S.A.

(ii) Até 29/04/2015 sob gestão da GAP Gestora de Recursos Ltda. (GAP Asset Management).

(iii) Até 25/08/2015 sob a gestão do BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM.

Os fundos de investimento Nucleos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII são exclusivos. O fundo Nucleos VII foi encerrado em setembro de 2015.

A empresa BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) Ltda. é uma empresa do Grupo Bradesco (Banco Bradesco S/A).

7.2.1. Composição dos fundos de investimento

O quadro a seguir apresenta o detalhamento e composição dos recursos com gestão terceirizada,

por meio de fundos de investimento exclusivos e não exclusivos, nos diversos segmentos e modalidades de aplicação, posição consolidada em 31 de dezembro:



Em milhares de Reais

	2015		2014	
	Valor	Particip. (%)	Valor	Particip. (%)
Renda fixa	1.458.506	77,59	1.328.223	77,28
Títulos públicos federais	1.343.608	71,47	1.107.919	64,46
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional - Série B	783.293	41,67	799.364	46,51
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional - Série C	109.067	5,80	107.176	6,24
NTN-F - Notas do Tesouro Nacional - Série F	1.752	0,09	3.808	0,22
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	217.360	11,56	59.123	3,44
LTN - Letras do Tesouro Nacional	812	0,04	22.911	1,33
Operações compromissadas	231.324	12,31	115.537	6,72
Créditos privados e depósitos	114.775	6,11	220.195	12,81
Debêntures (a)	30.191	1,61	79.132	4,60
Letras Financeiras Subordinadas (b)	84.584	4,50	125.653	7,31
Notas Promissórias	-	-	15.410	0,90
Fundos de investimento	123	0,01	109	0,01
Cotas de fundos de renda fixa	123	0,01	109	0,01
Renda variável	251.595	13,39	225.830	13,14
Ações (c)	176.651	9,40	123.226	7,17
Cotas de fundos de ações	74.944	3,99	102.604	5,97
Investimentos estruturados	146.277	7,78	150.342	8,75
CRT FIP	77.152	4,10	85.687	4,99
Energia PCH FIP	6.121	0,33	6.147	0,36
Cotas de fundos multimercado	63.004	3,35	58.508	3,40
Tesouraria/contas a receber/pagar dos fundos	23.274	1,24	14.201	0,83
	1.879.652	100,00	1.718.596	100,00



A gestão dos fundos de investimento exclusivos é discricionária, ou seja, a decisão para a alocação de recursos em determinado ativo cabe ao gestor do fundo.

Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários e em quaisquer outros ativos de investimento o gestor deve observar a conformidade com as disposições contidas no Regulamento do fundo, na Política de Investimentos do Núcleo e na Resolução CMN nº 3.792/2009, bem como em normativos ex-

pedidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todos os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos de investimento exclusivos estão precificados a valor de mercado (Nota 7.7.2).

(a) A composição dos investimentos em debêntures, exceto carteira própria, posição em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

Emissor	Faixa de vencimento	2015	
		Valor	Particip. (%)
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	Até 360 dias	8.962	29,68
Conces. Rodovias Oeste São Paulo Viaoeste S.A.	De 361 a 720 dias	1.727	5,72
Iguatemi Empresa Shopping Centers S.A.	De 721 a 1.080 dias	2.071	6,86
Companhia Saneamento Paraná - SANEPAR	De 721 a 1.080 dias	1.522	5,04
Contax Participações S.A.	De 721 a 1.080 dias	3.960	13,12
Ecorodovias Concessões Serviços S.A.	Acima de 1.080 dias	6.641	22,00
Ecorodovias Infraestrutura Logística S.A.	Acima de 1.080 dias	1.158	3,84
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Acima de 1.080 dias	2.032	6,73
Cia Saneamento Minas Gerais Copasa MG	Acima de 1.080 dias	855	2,83
Ampla Energia Serviços S.A.	Acima de 1.080 dias	1.263	4,18
		30.191	100,00

Em milhares de Reais

Emissor	Faixa de vencimento	2014	
		Valor	Particip. (%)
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Até 360 dias	2.465	3,12
Conces. Rodovias Oeste São Paulo Viaoeste S.A.	Até 360 dias	74	0,09
Transmissora Aliança Energia Elétrica S.A.	Até 360 dias	1.359	1,72
All América Latina Logística S.A.	De 361 a 720 dias	883	1,12
Diagnósticos América S.A.	De 361 a 720 dias	2.024	2,56
Bandeirante Energia S.A.	De 361 a 720 dias	2.126	2,69
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	De 361 a 720 dias	7.933	10,02
Cia Energética Pernambuco - Celpe	De 721 a 1.080 dias	3.988	5,04
Itapebi Geração Energia S.A.	De 721 a 1.080 dias	3.987	5,04
Conces. Rodovias Oeste São Paulo Viaoeste S.A.	De 721 a 1.080 dias	2.876	3,63
Iguatemi Empresa Shopping Centers S.A.	Acima de 1.080 dias	2.056	2,60
Companhia Saneamento Paraná - SANEPAR	Acima de 1.080 dias	1.517	1,92
Contax Participações S.A.	Acima de 1.080 dias	4.129	5,22
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Acima de 1.080 dias	1.825	2,31
Cia Saneamento Minas Gerais Copasa MG	Acima de 1.080 dias	2.732	3,45
Cia Saneamento Básico Estado São Paulo - Sabesp	Acima de 1.080 dias	4.546	5,74
Ampla Energia Serviços S.A.	Acima de 1.080 dias	2.265	2,86
Ecorodovias Concessões Serviços S.A.	Acima de 1.080 dias	11.593	14,65
Estácio Participações S.A.	Acima de 1.080 dias	2.658	3,36
OI S.A.	Acima de 1.080 dias	7.985	10,08
Transmissora Aliança Energia Elétrica S.A.	Acima de 1.080 dias	3.626	4,58
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Acima de 1.080 dias	2.174	2,75
Elektro Eletricidade Serviços S.A.	Acima de 1.080 dias	4.311	5,45
		79.132	100,00



(b) A composição dos investimentos em letras financeiras, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

Emissor	Faixa de vencimento	2015	
		Valor	Particip. (%)
HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo	Até 360 dias	7.578	8,96
Banco BBM S.A.	Até 360 dias	1.533	1,81
Banco Votorantim S.A.	Até 360 dias	17.227	20,37
Cia. Crédito Financ. Invest. RCI Brasil	Até 360 dias	3.520	4,16
Itaú Unibanco S.A.	Até 360 dias	7.428	8,78
Banco Mercedes Benz Brasil S.A.	De 361 a 720 dias	1.840	2,18
Banco Desenvol. Minas Gerais S.A. BDMG	De 361 a 720 dias	629	0,74
Cia Crédito Financ. Invest. RCI Brasil	De 361 a 720 dias	936	1,11
Itaú Unibanco S.A.	De 361 a 720 dias	6.381	7,54
Banco Bradesco S.A.	De 361 a 720 dias	3.827	4,52
Banco do Brasil S.A.	De 721 a 1.080 dias	8.244	9,75
Banco Bradesco S.A.	De 721 a 1.080 dias	4.113	4,86
Banco Votorantim S.A.	Acima de 1.080 dias	1.139	1,35
Itaú Unibanco S.A.	Acima de 1.080 dias	20.189	23,87
		84.584	100,00

Em milhares de Reais

Emissor	Faixa de vencimento	2014	
		Valor	Particip. (%)
Paraná Banco S.A.	Até 360 dias	1.033	0,82
HSBC Bank Brasil S.A - Banco Múltiplo	De 361 a 720 dias	6.652	5,29
Banco BBM S.A.	De 361 a 720 dias	1.328	1,06
Banco Votorantim S.A.	De 361 a 720 dias	15.094	12,02
Cia Crédito Financ. Invest. RCI Brasil	De 361 a 720 dias	3.435	2,73
Itaú Unibanco S.A.	De 361 a 720 dias	7.398	5,89
Banco Mercedes Benz Brasil S.A.	De 721 a 1.080 dias	1.609	1,28
Banco Desenvol. Minas Gerais S.A. BDMG	De 721 a 1.080 dias	622	0,50
Cia Crédito Financ. Invest. RCI Brasil	De 721 a 1.080 dias	927	0,74
Itaú Unibanco S.A.	De 721 a 1.080 dias	5.527	4,40
Banco Bradesco S.A.	De 721 a 1.080 dias	3.315	2,64
Banco do Brasil S.A.	Acima de 1.080 dias	54.539	43,40
Banco Bradesco S.A.	Acima de 1.080 dias	3.548	2,82
Itaú Unibanco S.A.	Acima de 1.080 dias	18.339	14,59
Banco Votorantim S.A.	Acima de 1.080 dias	2.287	1,82
		125.653	100,00



(c) A composição dos investimentos em ações, posição em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

Companhia	Código*	2015		2014	
		Valor	Particip. (%)	Valor	Particip. (%)
Itaú Unibanco S.A.	ITUB4	22.691	12,84	17.826	14,47
Klabin S.A.	KLBN11	20.575	11,65	7.325	5,95
Cielo S.A.	CIEL3	19.956	11,30	9.549	7,75
Lojas Americanas S.A.	LAME4	17.482	9,90	3.743	3,04
Ultrapar Participações S.A.	UGPA3	16.957	9,60	10.825	8,79
Suzano Papel e Celulose S.A.	SUZB5	15.035	8,51	5.195	4,22
Ambev S.A.	ABEV3	9.051	5,12	2.601	2,11
Telefônica Brasil S.A.	VIVT4	6.878	3,89	553	0,45
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR3	6.087	3,44	351	0,28
Cetip S.A. – Mercados Organizados	CTIP3	5.349	3,03	344	0,28
Raia Drogasil S.A.	RADL3	4.552	2,58	-	-
JBS S.A.	JBSS3	3.415	1,93	805	0,65
Banco Bradesco S.A.	BBDC4	3.408	1,93	5.785	4,69
Equatorial Energia S.A.	EQTL3	2.940	1,66	-	-
BRF S.A.	BRFS3	2.448	1,39	3.603	2,92
Kroton Educacional S.A.	KROT3	2.368	1,34	11.476	9,31
Cia Transm. Energia Elét. Paulista	TRPL4	1.440	0,82	-	-
Metalúrgica Gerdau S.A.	GOAU4	1.261	0,71	111	0,09
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	ITSA4	1.230	0,70	2.038	1,65
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR4	961	0,54	6.128	4,97
Lojas Renner S.A.	LREN3	885	0,50	193	0,16
Fibria Celulose S.A.	FIBR3	875	0,50	101	0,08
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE3	737	0,42	8.656	7,02
Vale S.A.	VALE5	709	0,40	487	0,40
Embraer S.A.	EMBR3	700	0,40	242	0,20
BMFBovespa S.A.	BVMF3	675	0,38	17.143	13,91
Dufry A.G.	DAGB33	673	0,38	-	-
Vale S.A.	VALE3	662	0,37	458	0,37
Banco Brasil S.A.	BBAS3	559	0,32	887	0,72
Demais empresas**		6.092	3,45	6.801	5,52
		176.651	100,00	123.226	100,00

* Código de negociação na BM&FBovespa.

** Posição individual inferior a 500 mil reais em 2015.

7.2.2. CRT FIP

Representa a aplicação efetuada em dezembro de 2003 no fundo de investimento em participações, denominado CRT FIP. Os recursos aplicados no CRT

FIP, cuja participação do Nucleos é de 100%, foram investidos em ações preferenciais da Concessionária Rio-Teresópolis S.A.

As ações da Concessionária Rio-Teresópolis S.A.,



que compõem o patrimônio do CRT FIP, foram avaliadas pelo critério de valor justo, nos exercícios de 2015 e 2014, com base em avaliação econômico-financeira realizada pela Hirashima e Associados (H&A), empresa independente especializada em avaliação de empresas, contratada pelo administrador fiduciário do fundo (Oliveira Trust).

A avaliação de valor justo para o ativo do CRT FIP foi realizada em consonância com os pronunciamentos contábeis vigentes no Brasil (CPCs), mais precisamente o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

O valor justo de um ativo financeiro é definido como o preço que seria recebido pela venda em uma transação não forçada entre participantes do

mercado na data de mensuração.

A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um ativo financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço de mercado”). Não havendo preço de mercado para esse ativo financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação adotadas pelo mercado financeiro, considerando as características específicas do ativo a ser mensurado e os riscos associados ao mesmo.

Para a realização da avaliação econômico-financeira das ações da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. a empresa H&A utilizou a seguinte metodologia e premissas gerais:

Descrição	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Data-base do estudo:	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Metodologia:	Fluxo de caixa descontado utilizando o fluxo de caixa livre para a firma. Não foi considerada a perpetuidade, pois o contrato de concessão se encerra em março de 2021. Contudo, os fluxos de caixa foram estimados até 21 de setembro de 2032 (vide “Período de projeção”). Os fluxos foram estimados no meio de cada período “ <i>mid-year convention</i> ”	Fluxo de caixa descontado utilizando o fluxo de caixa livre para a firma. Não foi considerada a perpetuidade, pois o contrato de concessão se encerra em março de 2021. Os fluxos foram considerados no meio de cada período “ <i>mid-year convention</i> ”
Período de projeção:	17 anos, de 01 de agosto de 2015 a 21 de setembro de 2032. O prazo original do contrato de concessão encerrar-se-ia em 22 de março de 2021. Contudo, de acordo com a Nota Técnica 126 da ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre), de 26 de agosto de 2015, o contrato de concessão encontra-se em desequilíbrio e uma das seguintes ações deverá ser adotada: aporte de recursos por parte da União, aumento da tarifa ou prorrogação do período de concessão. Para o cálculo do valor de mercado foi utilizada a opção mais provável: a prorrogação do contrato até setembro de 2032.	06 anos e 09 meses, de 01 de agosto de 2014 a 22 de março de 2021.
Taxa de desconto:	WACC de 10,0% em termos nominais ao ano (CAPM – Custo Médio Ponderado do Capital).	WACC de 10,5% em termos nominais ao ano (CAPM – Custo Médio Ponderado do Capital).

Continua na página seguinte



Continuação da página anterior

Descrição	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Fontes de informação:	Demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e 2014 e não auditadas de 30 de setembro de 2015, projeções macroeconômicas disponibilizadas pelo Banco Central, plano de negócios fornecido pela Administração, balancetes contábeis mensais de 2011, 2012, 2013, 2014 e setembro de 2015, cronograma de investimentos preparado pela Administração e o contrato de concessão e seus aditivos.	Demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013 e não auditadas de 30 de setembro de 2014, projeções macroeconômicas disponibilizadas pelo Banco Central, plano de negócios fornecido pela Administração, balancetes contábeis mensais de 2011, 2012, 2013 e 2014, cronograma de investimentos preparado pela Administração e o contrato de concessão e seus aditivos.

O Nucleos está desenquadrado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792/09, por deter 100% das cotas do CRT FIP, adquiridas em 2003. O Nucleos iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas (semestrais até 2012 e trimestrais a partir de 2013), através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação não houve interessados nas ofertas realizadas até o fechamento do balanço.

7.2.3. Energia PCH FIP

Representa a participação do Nucleos no fundo de investimento em participações, denominado Energia PCH FIP, adquirida em agosto de 2004. A parti-

cipação do Nucleos no patrimônio do fundo é de 0,74%, cuja carteira é composta, principalmente, por adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. e por ações da referida empresa.

7.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos sobre a operação e são reavaliados a valor de mercado, com intervalo máximo de três anos. Os valores apresentados são líquidos da depreciação acumulada. São depreciados pelo método linear, exceto a fração do terreno, em função da vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação. A composição da carteira de imóveis para aluguel e renda, em 31 de dezembro, é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Uso próprio	7.082	7.108
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul	7.082	7.108
Locados a terceiros	61.217	61.837
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	11.871	11.916
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502	6.282	6.308
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	12.641	12.688
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Norte	5.559	5.580
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	24.864	25.345
Valores a receber	148	404
Aluguéis e encargos locatícios	148	404
	68.447	69.349



Em uso próprio está registrado o imóvel ocupado pela estrutura administrativa do Nucleos, sendo que o Plano de Gestão Administrativa – PGA remunera mensalmente os investimentos do plano de benefícios pela ocupação, em valor compatível com o mercado, conforme determina a Instrução MPS/SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009.

Em locados a terceiros estão registrados os imóveis alugados ou colocados à disposição para locação.

Os aluguéis e encargos locatícios são referentes ao mês de dezembro e foram recebidos regularmente no mês seguinte ao de referência, confor-

me disposições contratuais.

7.3.1. Reavaliações dos investimentos imobiliários

Os imóveis são reavaliados por empresas especializadas em avaliações patrimoniais, em período não superior a três anos, conforme determina a Instrução SPC/MPS n° 34, de 24 de setembro de 2009. Para a avaliação dos imóveis e emissão dos laudos de avaliação as empresas seguem critérios estabelecidos em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A seguir a última avaliação realizada para cada imóvel que compõe a carteira imobiliária do Nucleos.

IMÓVEL	Data da última avaliação	Vida útil (anos)	Valor da última avaliação	Valor contábil antes da reavaliação	Resultado na reavaliação
Praia do Flamengo, 200 – 7º andar (i)	05/2013	47	11.985	11.048	937
Rua Victor Civita, 66 – bl. 01 – sala 502 (ii)	12/2014	62	6.310	5.301	1.009
Av. República do Chile, 230 – 14º and (ii)	10/2014	57	12.700	11.557	1.143
Av. República do Chile, 230 – 15º andar (ii)	10/2014	57	12.700	11.825	875
Av. Rio Branco, 1 – 19º andar (iii)	04/2014	30	25.686	-	-

(i) Avaliação realizada pela empresa Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ n° 02.393.061/0001-91.

(ii) Avaliação realizada pela empresa Avaliações Patrimoniais e Estudos Técnicos Ltda. - Apet - EPP, CNPJ n° 32.321.333/0001-09.

(iii) Investimento realizado em abril de 2014. A avaliação que embasou a aquisição foi realizada pela empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda., CNPJ 27.281.922/0001-70. O valor da última avaliação corresponde ao custo de aquisição, incluindo os tributos, taxas e emolumentos incorridos na operação de compra.

Com a reavaliação dos investimentos imobiliários o resultado positivo (ganho) contabilizado e incorporado ao patrimônio, no segundo semestre de 2014 monta a R\$ 3.027. Não ocorreram reavaliações no exercício de 2015, no entanto, os preços dos imóveis por metro quadrado nas regiões indicadas não apresentaram variações relevantes.

7.4. EMPRÉSTIMOS

Representam os saldos dos empréstimos concedidos aos participantes do Plano Básico de Benefícios (PBB), os quais são corrigidos pela variação do INPC (IBGE), acrescida de juros de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de juros de 7% ao ano, para os contratos assinados a partir de março de 2010. A posição da carteira em 31 de dezembro é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Principal e encargos contratuais	14.816	13.736
(-) Provisão para perda	(1.316)	(1.279)
	13.500	12.457



A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, que determina percentuais a serem adotados sobre os valores

vencidos e vencidos para o provisionamento de direitos creditórios de liquidação duvidosa. O valor provisionado para perda conforme o tempo de inadimplência do mutuário, em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

<i>Em milhares de Reais</i>			
Dias de Atraso	% de Provisão	2015	2014
61 a 120	25	19	64
121 a 240	50	108	50
241 a 360	75	41	24
Acima de 360	100	1.148	1.141
		1.316	1.279

A Entidade adotou medidas administrativas e judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos provisionados para perda da carteira de empréstimos, bem como critérios mais rígidos na concessão de novos empréstimos.

7.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vinculados a processos relativos aos investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósi-

tos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2015, monta a R\$ 3.189 (R\$ 8.077 em 2014). (Nota 10.1.2)

7.6. OUTROS REALIZÁVEIS

Os valores registrados em outros realizáveis dos investimentos são referentes a créditos decorrentes de ações judiciais. A composição em 31 de dezembro é como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>			
	2015	2014	
IOF	4.718	4.993	
Bacen	11.191	10.013	
INSS	1.925	1.662	
OFND	53.349	46.389	
		71.183	63.057

7.6.1. IOF

Referente à restituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser recebido em 10 (dez) parcelas anuais, por meio de precatório, tendo início de pa-

gamento em maio de 2007. As parcelas do crédito foram corrigidas pelo IPCA-E, a partir da expedição do precatório, e acrescidas de juros simples de 6% ao ano, a partir de 2008, conforme disposições do Conselho da Justiça Federal para a atualização de precatórios federais. As parcelas devidas nos anos de 2007 a 2013 (parcelas de 01 a 07/10) foram re-



cebidas regularmente. Parte da parcela devida em 2014 (parcela 08/10) foi depositada, porém o valor ficou bloqueado e indisponível para levantamento até março de 2015, quando foi liberado para o recebimento, após o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), em que a decisão da Corregedoria Nacional de Justiça que mantinha o precatório bloqueado foi cassada. A decisão da Corregedoria Nacional de Justiça também tratava sobre o índice de atualização monetária dos precatórios e com a decisão do STF os critérios de correção monetária e juros adotados inicialmente foram mantidos. O restante da parcela devida em 2014 (parcela 08/10) e a parcela devida em 2015 (parcela 09/10) foram depositados em outubro e dezembro de 2015, respectivamente, e aguardam a emissão de alvará pelo juízo competente para o recebimento das quantias, o que não ocorreu até o fechamento do balanço.

7.6.2. Bacen

Refere-se ao crédito em favor do Nucleos, nos autos do processo movido contra o Bacen (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano econômico “cruzados novos”. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado. O valor da condenação foi atualizado pelo IPCA-E e juros simples de 1% ao mês até a expedição do precatório, ocorrida em junho de 2014. Após essa data, a atualização do crédito vinha sendo realizada pela TR, conforme decisão da Corregedoria Nacional de Justiça. No entanto, em março de 2015, essa decisão foi cassada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o crédito passou a ser atualizado pelo IPCA-E, conforme disposições do Conselho da Justiça Federal para a atualização de precatórios federais. O precatório foi reemitido em maio de 2015, após compensação de custas judiciais remanescentes do processo, no valor de R\$ 13, momento em que foi ajustada a correção

pelo IPCA-E, em consonância com a decisão do STF. Aguarda-se o depósito do valor atualizado do precatório para a liquidação do crédito.

7.6.3. INSS

Registra o crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto transitou em julgado. O precatório foi expedido em junho de 2012 e o depósito ocorreu em outubro de 2013, porém o valor foi bloqueado, face ao pedido de substituição do INSS pela União Federal como devedora do precatório, em atendimento às disposições da Lei nº 11.457/2007. Aguarda-se decisão sobre a substituição requerida pelo INSS. Após a expedição do precatório, a atualização do crédito vinha sendo realizada pela TR, conforme decisão da Corregedoria Nacional de Justiça. No entanto, em março de 2015, essa decisão foi cassada pelo Supremo Tribunal Federal e o crédito passou a ser atualizado pelo IPCA-E, até outubro de 2015. A partir de novembro de 2015 o crédito foi ajustado e atualizado pelo rendimento da caderneta de poupança, mesmo critério de remuneração adotado pelo banco depositário da quantia, que se encontra bloqueada e à espera de decisão sobre a substituição do devedor, para posterior levantamento pelo Nucleos.

7.6.4. OFND

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação



das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional (BTNs).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização. A ação movida pela Abrapp (processo nº 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, transitou em julgado em novembro de 2010, com decisão favorável ao pleito das EFPCs. Com base nessa decisão, o Nucleos efetuou o registro contábil do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela Abrapp. Esse valor foi revertido em 2011, conforme determinado pela Previc, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a Abrapp promoveu a execução da sentença. Após citada, a União Federal opôs embargos à execução e ingressou com Ação Rescisória (processo nº 2012.02.01.000858-3), com pedido de antecipação de tutela, a fim de declarar a improcedência dos pedidos formulados pela Abrapp no processo nº 91.012.3902-3 e suspender a execução e o pagamento do valor envolvido no litígio. A antecipação de tutela foi deferida em parte para suspender a realização de quaisquer pagamentos até o julgamento da Ação Rescisória.

Em 18 de abril de 2013, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região julgou improcedente a Ação Rescisória. Em seu voto, o Desembargador

Relator ressaltou não vislumbrar “qualquer violação a literal disposição de lei de forma direta e frontal, a ensejar o ajuizamento de ação rescisória, pretendendo a União, na verdade, valer-se dessa ação de natureza desconstitutiva negativa unicamente com o fim de se permitir novo julgamento à luz de outro enfoque”. No mesmo sentido, já havia se pronunciado o Ministério Público Federal, afirmando que “as hipóteses de cabimento da ação rescisória devem ser aplicadas de forma bastante restritiva, sob pena de se transmutar a mesma em uma espécie de recurso megaextraordinário elaticendo o prazo de dois anos, podendo ocasionar grave ofensa ao princípio da segurança jurídica. O que a União está objetivando no caso é a rediscussão da decisão já transitada em julgado, sendo que a rescisória é via completamente inadequada para este fim. Portanto, conclui-se da ausência de pressuposto de admissibilidade da rescisória” (Parecer de 25/05/2012). Contra essa decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, pretendendo levar aos tribunais superiores toda a discussão do mérito da causa. Até o fechamento das notas explicativas de 2014, esses recursos aguardavam o exame de admissibilidade pelo TRF-2ª. Região.

Em 15 de dezembro de 2011, o Nucleos moveu ação ordinária em face da Previc, com pedido de antecipação de tutela, especificamente para que fosse declarado nulo e sem efeito o Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC e, com isso, obter autorização judicial para a escrituração contábil do crédito decorrente da correção das OFNDs (processo 0020011-95.2011.4.02.5101).

Em 30 de junho de 2014, o Juízo da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro julgou procedente a ação movida pelo Nucleos, declarando a nulidade da determinação contida no aludido ofício, com o consequente reconhecimento do direito do Nucleos de promover a escrituração dos créditos das OFNDs, objeto da ação judicial movida pela Abrapp em face da União



Federal, já transitada em julgado. A sentença aduz que “Se determinado fato ocorreu, e ele é digno de contabilização, conforme o regramento do Conselho Federal de Contabilidade, deve ser registrado. Não há opção de postergar seu reconhecimento segundo a conveniência da entidade e/ou do órgão regulador. A prudência, em que pese virtude, não é suficiente para embasar a postergação do reconhecimento de resultados e/ou justificar a omissão de receitas”. O Magistrado também consignou expressamente na sentença que a não escrituração do crédito apto a impactar no resultado contábil, decorrente de ação judicial transitada em julgado, pode ensejar a autuação da Entidade, com base na alegação de omissão ou postergação de receitas, nos precisos termos do art. 273 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 3.000/99).

Posteriormente, em 25 de julho de 2014, em decisão integradora proferida no julgamento dos embargos de declaração opostos pelo Nucleos, o Juízo da 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro deferiu o pedido de antecipação de tutela para “determinar o imediato cumprimento do comando sentencial”, ou seja, a imediata escrituração dos créditos decorrentes do processo nº 91.012.3902-3. Em outubro de 2014, a Previc interpôs recurso de apelação, pretendendo a reforma da sentença. Esse recurso encontra-se pendente de julgamento.

No que tange aos recursos interpostos pela União Federal contra a decisão que julgou improcedente a ação rescisória e que aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores, na avaliação dos consultores jurídicos, sob o aspecto estritamente técnico, baseado no ordenamento jurídico do país, é remota a sua possibilidade de êxito. Ou seja, à luz das normas legais em vigor, é remota a possibilidade de reversão da condenação imposta à União. Considerando tais circunstâncias, a Administração do Nucleos entendeu não se tratar de ativo contingente, fato expressamente exposto e reconhecido pelo Juízo

zo da 32ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro no julgamento do processo 0020011-95.2011.4.02.5101, concluindo, assim, que o crédito preenche adequadamente os requisitos para o reconhecimento contábil.

Dessa forma, em agosto de 2014, em atendimento ao comando sentencial e baseado em posicionamento técnico, o Nucleos efetuou a escrituração contábil do crédito, no valor de R\$ 45.114, conforme cálculo elaborado por consultoria externa, o que corresponde ao valor atualizado objeto de execução, que em junho de 2011 era de R\$ 29.524 (efetuado pela mesma empresa de consultoria), valor este registrado na contabilidade em 2010 e revertido em 2011, no estrito cumprimento do Ofício Previc nº 4680, cujos efeitos foram retirados com a decisão do processo 0020011-95.2011.4.02.5101. A decisão da Diretoria Executiva foi devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo do Nucleos, conforme Manifestação do colegiado às Demonstrações Contábeis do exercício de 2014.

Em relação à ação ordinária movida pelo Nucleos, que aguarda o julgamento de recurso de apelação interposto pela Previc, em 30 de abril de 2015, o Ministério Público Federal apresentou parecer nos autos opinando pelo seu desprovimento e consequente manutenção da sentença que julgou procedente o pleito do Instituto (escrituração contábil do crédito das OFNDs), concluindo que o Juízo examinou adequadamente o conjunto fático-probatório dos autos e aplicou a legislação de regência, razão pela qual a sentença merece ser mantida pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. O referido parecer reforça os argumentos apresentados pelo Nucleos e acolhidos no julgamento de primeira instância.

No que tange à Ação Rescisória, em 27 de maio de 2015, em exame realizado pelo TRF-2ª Região, foram admitidos os Recursos, Especial e Extraordinário, interpostos pela União contra a decisão que julgou



improcedente a referida ação, os quais aguardam julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente. Sobre essa decisão, os advogados do Nucleos afirmam que a simples admissão dos recursos não modifica a avaliação sobre o desfecho da Ação Rescisória, uma vez que o mérito dos recursos ainda será analisado no momento oportuno e após a apresentação de memoriais e sustentação dos advogados das partes.

No tocante à execução do crédito, em 27 de novembro de 2015, a Abrapp distribuiu diversos procedimentos de liquidação de sentença que tem por objeto a execução do crédito das OFNDs. O processo de execução do crédito do Nucleos, em conjunto com outras 6 (seis) entidades, foi atuado sob nº 0145892-43.2015.4.02.5101, distribuído à 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

A decisão de promover a execução dividida por grupo de entidades foi tomada diante do entendimento mantido pelo TRF da 2ª. Região pelo desmembramento da execução. Esse entendimento implica na execução do crédito em separado, mediante interposição de processos executórios próprios por cada entidade beneficiária do crédito, a serem distribuídos nos juízos competentes, contrariando a posição dos advogados da Abrapp, que defendiam o prosseguimento da execução da sentença em um único processo. Após a decisão do TRF-2ª. Região, a Abrapp interpôs Recurso Especial, levando a discussão da matéria ao STJ. No entanto, em janeiro de 2016, a fim de evitar a configuração de litispendência (litígios simultâneos sobre a mesma pretensão), a Abrapp desistiu desse recurso, que aguardava o

exame de admissibilidade.

Diante do exposto, o registro contábil do crédito foi mantido no exercício de 2015, uma vez que não ocorreram alterações relevantes nas circunstâncias presentes na decisão que referendou a contabilização em agosto de 2014.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 53.349 (R\$ 46.389 em 2014).

É relevante registrar que o crédito contabilizado representa pequena parcela do patrimônio da Entidade (aprox. 2%) e não traz qualquer risco à solvência e liquidez do plano de benefícios.

7.7. CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria da Entidade e as carteiras dos fundos de investimento exclusivos foram classificados nas seguintes categorias: Títulos mantidos até o vencimento e Títulos para negociação.

7.7.1. Títulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da Entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até a data do balanço.

Em milhares de Reais

	2015		2014	
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Debêntures não conversíveis				
Sanesalto Saneamento	10.585	10.585	9.478	9.478
	10.585	10.585	9.478	9.478



O prazo final para a amortização das debêntures de emissão da Sanesalto vence em maio de 2025.

Os títulos mantidos até o vencimento não puderam ser precificados a valor de mercado em razão da inexistência de negociação desses títulos no mercado.

Em 2015 e 2014 não houve reclassificação de categoria para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria, bem como as carteiras dos fundos de investimento exclusivos.

7.7.2. Títulos para negociação

Nessa categoria foram classificados os Certificados de Depósito Bancário – CDB, em carteira própria, e todos os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade (Núcleos I, II, III, IV, V, VI e VIII). Estão também incluídos nessa categoria os títulos e valores mobiliários das carteiras dos fun-

dos de investimento não exclusivos, de acordo com os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

8. PERMANENTE

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do Núcleos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios, 20% para computadores e periféricos, 10% para aparelhos de som e imagem e 20% para equipamentos de comunicação.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de software e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

Os valores apresentados em 31 de dezembro são líquidos da depreciação e amortização.

Em milhares de Reais

	31 de dezembro de 2014	Depreciação/amortização	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2015
Imobilizado	557	(176)	19	(2)	398
Móveis e utensílios	62	(19)	2	-	45
Computadores e periféricos	491	(156)	13	(2)	346
Aparelhos de som e imagem	4	-	-	-	4
Equipamentos de comunicação	-	(1)	4	-	3
Intangível	69	(51)	32	-	50
	626	(227)	51	(2)	448

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra os saldos de obrigações oriundas da ati-

vidade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável. A composição em 31 de dezembro é como segue:



	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2015	2014
Gestão previdencial	2.147	2.300
Benefícios a pagar	6	1
Retenções a recolher	505	325
Recursos antecipados	-	34
Obrigações contratadas	1.636	1.940
Gestão administrativa	1.306	1.301
Contas a pagar	720	685
Retenções a recolher	388	413
Tributos a recolher	74	65
Outras exigibilidades	124	138
Investimentos	74	74
	3.527	3.675

9.1. OBRIGAÇÕES CONTRATADAS

Registra o saldo pendente de compensação ou devolução referente ao valor excedente de contribuições

normais aportadas pelas patrocinadoras, em comparação com a contribuição normal dos participantes do Plano Básico de Benefícios. O saldo por patrocinadora, em 31 dezembro, é assim composto:

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2015	2014
INB	478	418
Eletronuclear	463	1.243
Nuclep	695	279
	1.636	1.940

10. PROVISÃO, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (EXIGÍVEL CONTINGENCIAL)

10.1. PROVISÕES (EXIGÍVEL CONTINGENCIAL)

As provisões para contingências foram registra-

das para as ações judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada "provável" pelos escritórios patronos dessas ações. O montante estimado de perda registrado em cada gestão, em 31 de dezembro, é como segue:

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2015	2014
Gestão previdencial	265	286
Gestão administrativa	388	158
Investimentos	307	5.402
	960	5.846



As ações judiciais envolvem litígios de natureza administrativa, cível, previdenciária, trabalhista e tributária. Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores provisionados, em 31 de dezembro, por natureza da ação e a gestão envol-

vida, registrados no exigível contingencial, bem como os depósitos judiciais/recursais vinculados, os quais estão registrados em conta do ativo no realizável, em cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos).

10.1.1 Valores provisionados referente às ações judiciais com avaliação de perda "provável".

Em milhares de Reais

2015

Natureza da ação judicial	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	147	-	119	28
Cível-Previdenciária	235	235	-	-
Trabalhista	269	-	269	-
Trabalhista-Previdenciária	30	30	-	-
Tributária	279	-	-	279
	960	265	388	307

Em milhares de Reais

2014

Natureza da ação judicial	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível	169	37	107	25
Cível-Previdenciária	222	222	-	-
Trabalhista	51	-	51	-
Trabalhista-Previdenciária	27	27	-	-
Tributária	5.377	-	-	5.377
	5.846	286	158	5.402

As ações judiciais de natureza cível visam, principalmente, a reparação financeira por eventuais danos que o Nucleos possa ser responsabilizado no exercício de suas atividades regulares.

As ações judiciais de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pelo Nucleos.

As ações de natureza trabalhista envolvem litígios

com ex-empregados, em que se discute direitos e obrigações das partes, oriundas de relações trabalhistas mantidas com a Entidade.

As ações judiciais de natureza tributária tiveram por objeto a discussão de débitos de IPTU de 1989 a 1991, com o Município do Rio de Janeiro (credor), período em que se discutia a imunidade tributária das EFPCs. A tese da imunidade não prosperou no STF e o êxito do credor foi reconhecido pelo juízo competente. Posteriormente, foi autorizada a transferência ao credor dos depósitos judiciais vin-



culados aos processos. Com a quitação integral dos débitos, foram declaradas extintas as execuções fiscais, tendo os valores envolvidos (provisão e depósitos) sido baixados em dezembro de 2015. O saldo remanescente de R\$ 279, em 31 de dezembro de

2015 (provisão e depósito), refere-se a um dos processos que, embora haja autorização do juízo para o levantamento do depósito judicial, o Núcleo não obteve a comprovação da efetiva transferência aos cofres do Município do Rio de Janeiro.

10.1.2. Depósitos judiciais/recursais vinculados às ações judiciais com avaliação de perda "provável"

Em milhares de Reais

2015

Natureza da ação judicial	Valor do Depósito (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Trabalhista	55	-	55	-
Trabalhista-previdenciária	20	20	-	-
Tributária (Nota 10.1.1)	279	-	-	279
	354	20	55	279

Em milhares de Reais

2014

Natureza da ação judicial	Valor do Depósito (\$)	Por Gestão (\$)		
		Previdencial	Administrativa	Investimentos
Cível-previdenciária	11	11	-	-
Trabalhista	54	-	54	-
Trabalhista-previdenciária	21	21	-	-
Tributária (Nota 10.1.1)	5.377	-	-	5.377
	5.463	32	54	5.377

10.2. PASSIVOS CONTINGENTES

O valor estimado e não contabilizado envolvido nas ações judiciais em que a Entidade figura como ré, cuja avaliação de perda foi considerada "possível" pela administração do Núcleo, basea-

da na posição dos escritórios que patrocinam essas ações, em 31 de dezembro de 2015, monta a R\$ 6.592 (R\$ 6.922 em 2014). Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores envolvidos nessas ações, em 31 de dezembro, por natureza do litígio e gestão (previdencial e investimentos).

Em milhares de Reais

2015

Natureza da ação judicial	Valor do Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	6.455	-	6.455
Cível-previdenciária	68	68	-
Trabalhista-previdenciária	69	69	-
	6.592	137	6.455



Em milhares de Reais
2014

Natureza da ação judicial	Valor do Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	5.801	-	5.801
Cível-previdenciária	1.059	1.059	-
Trabalhista-previdenciária	62	62	-
	6.922	1.121	5.801

O valor envolvido nas ações de natureza cível refere-se, principalmente, ao litígio envolvendo a empresa adquirente do imóvel situado em Botafogo-RJ, vendido pelo Nucleos em 2011. Nessa ação, cuja citação ocorreu em abril de 2014, a empresa autora cobra a devolução de parte do valor negociado, fruto das relações contratuais que cercaram a operação. A decisão de primeira instância foi favorável ao Nucleos, confirmada pela segunda instância, após julgamento de recurso da autora, ocorrido em janeiro de 2016. No encerramento do exercício de 2015, o escritório de advocacia contratado para a defesa do Nucleos atribuiu a avaliação de perda “possível” para o desfecho desse litígio. Não há depósitos judiciais/recursais vinculados ao processo.

As ações judiciais de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes do Plano Básico de Benefícios – PBB, administrado pelo Nucleos. Em 31 de dezembro de 2015 não havia depósitos judiciais/recursais vinculados a essas ações (R\$ 702 em 2014).

10.3. ATIVOS CONTINGENTES

Em junho de 2003 o Nucleos ingressou com ações ordinárias em face da União requerendo a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária quanto às contribuições ao PIS e Cofins exigidos conforme a Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e restituição das quantias pagas relativas a esses tributos. A ação relativa à Cofins

está aguardando o julgamento de admissibilidade do Recurso Extraordinário e Recurso Especial do Nucleos e do Recurso Especial da União. A ação referente ao PIS encontra-se no aguardo de julgamento de Embargos de Declaração em Agravo Regimental interposto pelo Nucleos perante o Supremo Tribunal Federal. Não há depósitos judiciais vinculados a essas ações. O valor estimado do crédito envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2015, monta a R\$ 12.331, correspondente aos valores originais pagos, atualizados pela Selic, sendo R\$ 1.985 referente ao PIS e R\$ 10.346 referente à Cofins.

11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O patrimônio de cobertura do plano monta, em 31 de dezembro de 2015, a R\$ 2.429.865 (R\$ 2.233.029 em 2014), representando o valor do patrimônio, apurado na data do balanço, destinado à cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios administrado pela Entidade (Plano Básico de Benefícios - PBB).

11.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos. As provisões matemáticas, em 31 de dezembro de 2015, foram calculadas pela empresa Gama Consultores Associados



Ltda., conforme Parecer Atuarial de 29/01/2016 (Em 2014, pela empresa Towers Watson Consultoria Ltda.

– Parecer Atuarial emitido em 12/02/2015). A posição em 31 de dezembro é como segue:

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2015	2014
Benefícios concedidos	823.534	548.853
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	823.534	548.853
Benefícios a conceder	1.723.013	1.875.813
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.602.207	1.801.315
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	120.806	74.498
(-) Provisões matemáticas a constituir	(33.319)	(38.997)
(-) Serviço passado - patrocinadoras	(33.319)	(38.997)
	2.513.228	2.385.669

11.1.1. Benefícios concedidos

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefício, líquido de suas contribuições.

11.1.2. Benefícios a conceder

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

11.1.3. Provisões matemáticas a constituir

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o

valor atual das contribuições extraordinárias futuras referente a serviço passado. Essas contribuições são destinadas à cobertura de compromissos previdenciais existentes na data da implantação do Plano Básico de Benefícios, de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras. O pagamento é realizado através de contribuição mensal calculada sobre a folha de salários de participação. O prazo de amortização é de 20 (vinte) anos e o término ocorrerá em novembro de 2020. Anualmente, no plano de custeio, a taxa é recalculada considerando o prazo remanescente de amortização.

11.1.4. Premissas e hipóteses atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nas avaliações de 2015 e 2014 estão resumidas a seguir:



	2015	2014
Hipóteses populacionais		
Base de dados	30/06/2015	30/06/2014
Taxa de rotatividade	Gama - Experiência Rotatividade Nucleos	Towers Watson - Experiência Rotatividade
Composição familiar - Ativos	95% casados, mulher 4 anos mais jovem que o homem e 2 filhos	95% casados, mulher 4 anos mais jovem que o homem e 2 filhos
Composição familiar - Aposentados	Conforme estado civil, mulher 4 anos mais jovem que o homem e 2 filhos	Conforme estado civil, mulher 4 anos mais jovem que o homem e 2 filhos
Composição familiar - Pensionistas	Família real	Família real
Hipóteses econômico-financeiras		
Taxa real de juros	5,83% ao ano	5,75% ao ano
Crescimento real de salários	2,01% ao ano	2,01% ao ano
Fator de capacidade dos salários	0,9774	0,9801
Fator de capacidade dos benefícios	0,9774	0,9801
Atualização dos salários	Conforme índice da patrocinadora	INPC
Atualização dos benefícios	INPC	INPC
Hipóteses biométricas		
Mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Auxílio doença	Gama - Experiência Nucleos 2015	Não aplicável

11.1.5. Taxa real anual de juros (“taxa de juros”) utilizada na última avaliação atuarial (exercício de 2015)

A taxa de juros é uma das principais premissas para o cálculo atuarial e corresponde à taxa de desconto utilizada para trazer a valor presente (data do balanço) os fluxos futuros dos compromissos com os participantes, líquidos de suas contribuições e das patrocinadoras, e que estão registrados no balanço sob o título de provisões matemáticas.

Com a edição da Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014, que alterou a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, foi estabelecida a taxa de juros parâmetro, divulgada anualmente pela Previc, base para a

definição da taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial, de acordo com a duração do passivo (duration) do plano de benefícios e a rentabilidade futura esperada para os seus investimentos.

A duração do passivo (duration) corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições sobre esses benefícios.

Para a adoção de determinada taxa real de juros, o Nucleos deve comprovar, por meio de estudo técnico específico, elaborado pelo atuário, que o patrimônio de cobertura do plano de benefícios é capaz de produzir retorno (rentabilidade) compatível com essa taxa.



Para a avaliação atuarial do exercício de 2015, as taxas parâmetro e seus limites, inferior e superior, foram divulgadas pela Previc, por meio da Portaria nº 197, de 14/04/2015.

No caso do Nucleos, para a avaliação atuarial de 2015, foi adotada a taxa real de juros de 5,83% ao ano, aderente à rentabilidade futura projetada para os investimentos do Plano Básico de Benefícios – PBB, atestada por estudo técnico elaborado pelo atuário, considerando a *duration* de 17,75 (dezessete vírgula setenta e cinco) anos para o Plano.

11.1.6. Plano de custeio

Conforme determina a LC 109/2001, o plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá

o nível de contribuições necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Atendendo a esse comando normativo, com base na avaliação atuarial anual, o atuário propõe o nível de contribuições indispensável ao equilíbrio e à solvência do Plano, que corresponde ao Plano de Custeio, devendo ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e implementado pela Entidade.

Para atender ao Plano de Custeio, devem ser aplicadas as seguintes taxas de contribuição, durante a sua vigência:

Descrição	Taxa de Contribuição (%)	
	2016	2015
1. Patrocinadores (1.1 + 1.2 + 1.3) (*)	11,14	10,62
1.1 - Custo normal - participantes ativos (paridade)	7,67	7,70
1.2 - Custo normal - participantes assistidos (paridade)	1,06	0,66
1.3 - Extraordinária (serviço passado)	2,41	2,26
2 - Participantes Ativos	7,67	7,70
3 - Participantes Assistidos (**)	8,00	8,00

(*) Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos.

(**) Incidente sobre os benefícios dos assistidos que recebem abono.

O Plano de Custeio de 2015, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 06/02/2015, tem vigência no período de 01/04/2015 a 31/03/2016.

O Plano de Custeio de 2016, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 15/02/2016, tem vigência no período de 01/04/2016 a 31/03/2017.

A parcela de contribuições destinadas ao custeio administrativo corresponde a 15% (quinze por cento), em conformidade com o Regulamento do Plano Básico

de Benefícios e com o Plano de Custeio.

A taxa para cobertura do Serviço Passado é recalculada a cada ano, considerando o prazo remanescente de amortização, com previsão de término em novembro de 2020. Essa taxa deve ser aplicada sobre a folha mensal de salários de todos os empregados das patrocinadoras, participantes do PBB.

A contribuição dos participantes assistidos, paga somente pelos que recebem o abono previsto no



Regulamento do Plano Básico de Benefícios, foi mantida em 8% do valor do benefício pago pelo Nucleos, sendo que 15% dessa contribuição é destinada ao custeio administrativo (taxa administrativa de assistidos). A taxa administrativa é paga por todos os participantes assistidos do Nucleos, na forma do Regulamento do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Custeio, em valor equivalente a 1,2% sobre

o valor do benefício pago pelo Nucleos.

A taxa de contribuição dos participantes ativos representa o custo médio ponderado da contribuição calculada individualmente, considerando-se os salários de participação informados na data base da avaliação atuarial, com a aplicação das seguintes taxas:

Faixa Salarial	(%) de contribuição
Sobre o salário de participação	2,83
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e a metade do teto do INSS	2,81
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e o teto do INSS	5,70

Mensalmente será verificada a equivalência financeira entre as contribuições normais vertidas pelas patrocinadoras e pelos participantes ativos e assistidos, realizando-se os ajustes financeiros necessários (paridade contributiva).

11.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 31 de dezembro, a Entidade registrou o seguinte resultado:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Resultados realizados		
Até o exercício anterior	(152.640)	(273.446)
No exercício atual	69.277	120.806
Déficit técnico acumulado	(83.363)	(152.640)

O déficit técnico acumulado em 31 de dezembro de 2015 monta a R\$ 83.363 (R\$ 152.640 em 2014), equivalente a 3,32% das provisões matemáticas (6,40% em 2014).

O déficit técnico do Plano Básico de Benefícios tem origem no exercício de 2013 e foi reduzido consideravelmente nos exercícios seguintes. Esse déficit está relacionado diretamente ao fraco desempenho da economia brasileira nos últimos anos, com recessão econômica e predominância de inflação elevada, refletindo uma conjuntura econômica desfavorável para os investimentos das Entidades Fe-

chadas de Previdência Complementar – EFPC, em que a rentabilidade do conjunto de investimentos não tem alcançado a meta atuarial, provocando um desequilíbrio entre o crescimento dos compromissos atuariais (provisões matemáticas) e dos recursos garantidores.

Em relação ao limite e às condições para o equacionamento de déficit, até o exercício de 2014, a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, estabelecia que a Entidade deveria elaborar plano de equacionamento de déficit após a apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, se o déficit técnico



acumulado fosse igual ou inferior a 10% (dez por cento) das provisões matemáticas. Em 2013 esse limite foi de 15% (quinze por cento), conforme Resolução CNPC nº 14, de 24/02/2014.

Com a edição da Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015, que alterou a Resolução CGPC nº 26/2008, foi estabelecido novo limite e condições para o equacionamento do déficit técnico acumulado do plano de benefícios. Esse limite será apurado em função da duração do passivo (*duration*) do plano de benefícios e, desde do que observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, somente o excedente terá que ser equacionado de imediato pelas patrocinadoras e participantes. O limite será apurado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

O limite de déficit permitido será apurado anualmente, sendo obrigatório o equacionamento do valor excedente (não inferior a 1% das provisões matemáticas), entre patrocinadoras e participantes,

conforme plano de equacionamento a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade até o final do exercício seguinte ao de apuração, com início de vigência em até 60 (sessenta) dias contados da data de sua aprovação.

Tendo em vista que a *duration* foi de 17,75 (dezesete virgula setenta e cinco) anos, o limite de déficit acumulado para o Plano Básico de Benefícios em 2015, monta a R\$ 345.569, equivalente a 13,75% (treze virgula setenta e cinco por cento) das provisões matemáticas, sendo que o déficit técnico acumulado registrado no final do exercício de 2015, no valor de R\$ 83.363, equivale a 3,32%.

Dessa forma, não há obrigatoriedade de equacionamento imediato do déficit técnico acumulado decorrente da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015 para o Plano Básico de Benefícios.

12. FUNDOS

Os fundos constituídos apresentam em 31 de dezembro os seguintes saldos:

	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Fundos administrativos	7.704	6.328
Fundos dos investimentos	1.826	1.600
	9.530	7.928

12.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo é constituído ou revertido pelo resultado (excedente ou insuficiência) apurado na gestão administrativa e o saldo disponível tem por finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas do Instituto, em conformidade com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo é atualizado pela rentabilidade dos investimentos

nos quais possua recursos aplicados.

12.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

Os fundos de investimento são compostos pelo fundo de liquidez, destinado à cobertura de inadimplência na carteira de empréstimos, e pelo fundo de quitação por morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário. Os fundos são corrigidos pela rentabilidade dos investimentos.



13. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

Os ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das demonstrações contábeis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e

2014, são referentes à participação do Plano Básico de Benefícios no Plano de Gestão Administrativa e no Fundo Administrativo do PGA. O detalhamento desses ajustes e eliminações está demonstrado no quadro a seguir:

Em milhares de Reais

Descrição	2015			Consolidado
	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	
Ativo	2.442.188	9.398	(7.704)	2.443.882
Disponível	247	6	-	253
Realizável	2.441.941	8.944	(7.704)	2.443.181
Gestão previdencial	389.375	-	-	389.375
Gestão administrativa	7.704	215	(7.704)	215
Investimentos	2.044.862	8.729	-	2.053.591
Permanente	-	448	-	448
Passivo	2.442.188	9.398	(7.704)	2.443.882
Exigível operacional	2.221	1.306	-	3.527
Exigível contingencial	572	388	-	960
Patrimônio social	2.439.395	7.704	(7.704)	2.439.395
Patrimônio de cobertura do plano	2.429.865	-	-	2.429.865
Provisões matemáticas	2.513.228	-	-	2.513.228
Equilíbrio técnico	(83.363)	-	-	(83.363)
Fundos	9.530	7.704	(7.704)	9.530
Fundos administrativos	7.704	7.704	(7.704)	7.704
Fundos dos investimentos	1.826	-	-	1.826

Em milhares de Reais

Descrição	2014			Consolidado
	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	
Ativo	2.249.019	7.787	(6.328)	2.250.478
Disponível	4.295	6	-	4.301
Realizável	2.244.724	7.155	(6.328)	2.245.551
Gestão previdencial	358.131	-	-	358.131
Gestão administrativa	6.328	237	(6.328)	237
Investimentos	1.880.265	6.918	-	1.887.183
Permanente	-	626	-	626

Continua na página seguinte



Continuação da página anterior

Descrição	2014			Consolidado
	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	
Passivo	2.249.019	7.787	(6.328)	2.250.478
Exigível operacional	2.374	1.301	-	3.675
Exigível contingencial	5.688	158	-	5.846
Patrimônio social	2.240.957	6.328	(6.328)	2.240.957
Patrimônio de cobertura do plano	2.233.029	-	-	2.233.029
Provisões matemáticas	2.385.669	-	-	2.385.669
Equilíbrio técnico	(152.640)	-	-	(152.640)
Fundos	7.928	6.328	(6.328)	7.928
Fundos administrativos	6.328	6.328	(6.328)	6.328
Fundos dos investimentos	1.600	-	-	1.600

14. RESULTADOS

14.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O resultado realizado do Plano Básico de Benefícios, em cada exercício, é apresentado como segue:

Descrição	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Adições	325.373	285.608
Contribuições previdenciais	87.048	79.387
Remuneração das contribuições em atraso	5.886	5.885
Provenientes de contribuições contratadas	232.439	200.104
Outras adições	-	232
Deduções	(246.732)	(215.594)
Benefícios de prestação continuada	(68.400)	(50.441)
Institutos (resgates/portabilidade)	(446)	(340)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(177.884)	(164.759)
Outras deduções	(2)	(54)
Reversão de contingências	46	203
Custeio administrativo previdencial	(13.213)	(12.145)
Resultado dos investimentos do PBB	131.362	301.356
Constituição das provisões matemáticas	(127.559)	(246.744)
Reversão do fundo previdencial	-	8.122
Superávit técnico do exercício	69.277	120.806



14.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O resultado da gestão administrativa em cada exercício é apresentado como segue:

Descrição	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Receitas	15.023	13.843
Custeio administrativo previdencial	13.213	12.145
Custeio administrativo dos investimentos	1.723	1.568
Taxa de administração de empréstimos	62	64
Receitas diretas/outras receitas	25	66
Despesas	(14.479)	(13.683)
Pessoal e encargos	(9.021)	(8.103)
Treinamentos/congressos e seminários	(159)	(121)
Viagens e estadias	(154)	(149)
Serviços de terceiros	(2.258)	(2.503)
Despesas gerais	(1.727)	(1.659)
Depreciação/amortização	(227)	(255)
Tributos	(933)	(893)
Constituição de contingências	(239)	(155)
Resultado dos investimentos do PGA	1.071	738
Constituição do fundo administrativo	1.376	743

14.3. INVESTIMENTOS

O resultado dos investimentos em cada exercício é apresentado como segue:

Descrição	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Rendas/variações líquidas	134.237	303.744
Créditos privados e depósitos	2.975	(691)
Fundos de investimento	114.998	246.403
Investimentos imobiliários	5.182	8.787
Empréstimos a participantes	2.445	2.108
Outros realizáveis/obrigações	8.637	47.137
Reversão de contingências	207	403
Custeio administrativo dos investimentos	(1.785)	(1.632)
Constituição de fundos dos investimentos	(226)	(421)
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	132.433	302.094



15. EQUIVALÊNCIA FINANCEIRA ENTRE A CONTRIBUIÇÃO NORMAL DAS PATROCINADORAS E DOS PARTICIPANTES

No plano de custeio, aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, são estabelecidas as contribuições normais dos participantes e das patrocinadoras, com base nos resultados da avaliação atuarial.

As contribuições normais dos participantes são calculadas mensalmente observando faixas salariais. Em contrapartida, a contribuição normal das patrocinadoras é calculada aplicando-se a taxa estabelecida no plano de custeio sobre a folha mensal de salários de todos os seus empregados, participantes do Nucleos.

Assim sendo, ao longo do ano, a aplicação do percentual de contribuição atribuído às patrocinadoras no plano de custeio, sobre a folha mensal de salários, pode não corresponder aos montantes das contribuições mensais dos participantes. Des-

sa forma, para se respeitar a equivalência financeira contributiva, se faz necessária a realização de ajustes periódicos.

A seguir é apresentado o resultado dos ajustes efetuados e com reflexos nas demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, para a preservação da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes.

15.1. PLANO DE CUSTEIO DE 2013 (VIGÊNCIA NO PERÍODO DE ABRIL DE 2013 A MARÇO DE 2014)

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos, ao final de cada trimestre de vigência do Plano de Custeio de 2013, foi verificada a equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de Benefícios - PBB. O resultado acumulado dos trimestres compreendidos no período de vigência do referido plano de custeio está demonstrado no quadro a seguir:

Em milhares de Reais

Patrocinadora	Contribuição normal da patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			
		Ativos	Assistidos	Total (2)	Excedente (1 -2)
INB	8.327	6.498	925	7.423	904
Eletronuclear	17.604	13.427	630	14.057	3.547
Nuclep	7.354	6.331	419	6.750	604
Nucleos	233	161	31	192	41
TOTAL	33.518	26.417	2.005	28.422	5.096

O excedente de contribuições apurado em cada trimestre foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos subsequentes. A contabilização do valor excedente foi efetuada em cada exercício, de acordo com o período de referência das contribuições aportadas, na periodicidade aprova-

da pelo Conselho Deliberativo.

15.2. PLANO DE CUSTEIO DE 2014 (VIGÊNCIA NO PERÍODO DE ABRIL DE 2014 A MARÇO DE 2015)

Em relação ao Plano de Custeio de 2014, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do



Nucleos, foi determinado a apuração bimestral da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de Benefícios

– PBB. O resultado acumulado dos bimestres compreendidos no período de vigência do referido plano de custeio está demonstrado no quadro a seguir:

Em milhares de Reais

Patrocinadora	Contribuição normal da patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			
		Ativos	Assistidos	Total (2)	Excedente (1 -2)
INB	9.811	7.435	1.040	8.475	1.336
Eletronuclear	20.372	14.906	973	15.879	4.493
Nuclep	8.569	7.270	552	7.822	747
Nucleos	263	177	33	210	53
TOTAL	39.015	29.788	2.598	32.386	6.629

O excedente de contribuições apurado em cada bimestre foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos subsequentes. A contabilização

do valor excedente foi efetuada em cada exercício, de acordo com o período de referência das contribuições aportadas, na periodicidade aprovada pelo Conselho Deliberativo.

15.3. PLANO DE CUSTEIO DE 2015 (VIGÊNCIA NO PERÍODO DE ABRIL DE 2015 A MARÇO DE 2016)

Na vigência do Plano de Custeio de 2015, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos, foi determinada, inicialmente, a apuração bimestral da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de

Benefícios – PBB. Posteriormente, com aplicação a partir de junho de 2015, a verificação da equivalência financeira foi alterada, passando a ser apurada mensalmente, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo. O resultado dessa comparação desde o início de vigência do Plano de Custeio de 2015 até o fechamento dessas demonstrações contábeis (1º de abril até 31 de dezembro) está demonstrado no quadro a seguir:

Em milhares de Reais

Patrocinadora	Contribuição normal da patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			
		Ativos	Assistidos	Total (2)	Excedente (1 -2)
INB	8.251	6.204	850	7.054	1.197
Eletronuclear	16.061	11.832	1.292	13.124	2.937
Nuclep	8.602	6.549	504	7.053	1.549
Nucleos	198	132	29	161	37
TOTAL	33.112	24.717	2.675	27.392	5.720

O excedente de contribuições apurado foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos sub-

sequentes. O saldo pendente de devolução ou compensação está demonstrado na Nota 9.1.



16. CUSTEIO ADMINISTRATIVO E RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009. Os recursos garantidores do plano de benefícios são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, conforme Resolução CMN nº 3.792/2009.

A taxa de administração é formada pela parcela das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos, pelo resultado dos investimentos, ajustadas pelas receitas administrativas diretas e outras receitas administrativas, conforme definido no Regulamento PGA.

No quadro a seguir apresentamos a relação percentual entre o custeio administrativo e as despesas administrativas com os recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios – PBB e com o Ativo total da Entidade.

Descrição	Em milhares de Reais	
	2015	2014
Percentual em relação aos recursos garantidores		
Custeio administrativo	0,73%	0,73%
Despesas administrativas	0,71%	0,73%
Percentual em relação ao ativo total		
Custeio administrativo	0,61%	0,61%
Despesas administrativas	0,59%	0,61%
Custeio administrativo total	14.998	13.777
Despesas administrativas totais	14.479	13.683
Recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios	2.044.728	1.879.085
Ativo total da Entidade	2.443.882	2.250.478

A diferença entre o custeio e as despesas administrativas refere-se à cobertura das contingências e à constituição do fundo administrativo.

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e dos investimentos é precedido de análise, observando-se a especificidade, a natureza e a atividade envolvida, podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou dos investimentos ou rateada com a utilização de percentuais

de mão de obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade.

17. OUTROS ASSUNTOS

O Nucleos não está sujeito ao ajuste de precificação de que trata a Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, por não possuir títulos públicos federais classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, na sua carteira de investimentos.

* * *

Armindo D'Ascensão Silva

Presidente

CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso

Diretor Financeiro

CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian

Diretor de Benefícios

CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro

Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2

CPF - 712.625.203-04







PARECERES

"Quem não tem confiança
nos outros, não lhes pode
ganhar a confiança"

*Lao-Tsé,
filósofo*

18. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS ADMINISTRADORES, PARTICIPANTES E PATROCINADORES
NUCLEOS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.4, a Entidade reconheceu, em 2014, valor a receber da União relacionado à atualização monetária de OFND – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 53.349 mil (2014 – R\$ 46.389 mil). O valor reconhecido relaciona-se a processo judicial movido pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar – ABRAPP contra a União Federal, que transitou em julgado em 2010 em favor das entidades de previdência complementar, no entanto foi objeto de ação rescisória, jul-



gada improcedente em primeira instância, que se encontra, presentemente, em fase de julgamento pelos tribunais superiores dos recursos interpostos pela União. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo cuja confirmação final depende de eventos não totalmente sob o controle da entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade. Consequentemente, o patrimônio social e o saldo de "Outros realizáveis" em 31 de dezembro de 2015 encontram-se apresentados a maior em R\$ 53.349 (2014 – R\$ 46.389 mil), e o superávit do exercício findo nessa data está apresentado a maior em R\$ 6.960 mil (2014 – R\$ 46.389 mil).

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0



19. PARECER ATUARIAL

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e alterações posteriores, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, também denominado neste documento de Plano, administrado e executado pelo **NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social e patrocinado pela Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e pelo próprio NUCLEOS**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O **Plano Básico de Benefícios** está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1979.0022-74. O Plano encontra-se aberto a novas adesões e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), caracterizando-se, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um plano de benefícios da modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, posicionada em 30/06/2015, conforme apresentada no **Relatório GAMA 105 – RE 182/15**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria Previc nº 631 de 04/11/2011 publicada no D.O.U de 07/11/2011, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pelo Instituto, posicionados na data base de **30/06/2015**.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste parecer, foram reposicionados para **31/12/2015**, data de encerramento do exercício, a partir da Avaliação Atuarial procedida na data base de 30/06/2015, reposicionando-se os salários e benefícios para o encerramento do exercício e confrontando-se os resultados das Provisões calculadas em 31/12/2015 com as informações contábeis e patrimoniais do Plano, posicionadas na mesma data.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **GAMA 105 – RE 182/15**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do **Plano Básico de Benefícios** posicionada em 30/06/2015, tendo sido utilizadas as mesmas premissas descritas no Relatório neste reposicionamento para **31/12/2015**.

Ressalta-se que, para o **Plano Básico de Benefícios**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face do NUCLEOS não ter informado nenhum fato relevante para este plano, em conformidade com a correspondência **GAMA 105 CT 169/15** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, exceto pela correspondência DB-040/2015, pela qual o processo de alteração regulamentar que visa o fechamento do **Plano Básico de Benefícios** foi notificado, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pelo Instituto.



2 RESULTADOS ATUARIAIS

2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 105 – RE 182/15**, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 30/06/2015, estava mensurado em **14,84%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, neste não inclusa a amortização relativa ao serviço passado, esta equivalente ao custo médio de **2,05%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo.

Comparativamente ao exercício anterior, houve um incremento do custo do Plano de **0,75** pontos percentuais, o qual, em 2014, registrou a alíquota de **16,14%**, em 31/12/2014, também líquida de taxa de carregamento. Tal variação foi influenciada pela redução no número de participantes ativos do Plano (mudanças cadastrais), bem como às alterações das premissas de rotatividade e taxa de juros, conforme exposto no Relatório da Avaliação Atuarial anual **GAMA 105 – RE 182/15**.

2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2015, em **R\$823.534.282,00** comparativamente ao montante de **R\$548.852.745,00** apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2014. Conforme Relatório **GAMA 105 – RE 182/15**, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, bem como pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, o qual superou a redução das reservas decorrente da alteração da taxa de juros utilizada no Plano e a involução natural das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedi-

dos dada pelo envelhecimento e por óbitos esperados na população do Plano. Dessa forma, observou-se um aumento total dos Benefícios Concedidos na ordem de **50,05%**.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31/12/2015, em **R\$1.723.013.510,00** comparativamente ao montante de **R\$1.875.812.603,54** apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2014. A redução nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivada, principalmente, pela redução no número de ativos do Plano devido a concessões de aposentadorias e pedidos de resgate e portabilidade, bem como às alterações das premissas de rotatividade e taxa de juros. Dessa forma, observou-se uma redução total dos Benefícios a Conceder na ordem de **8,15%**.

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2015, **R\$33.319.416,99** comparativamente ao montante de **R\$38.996.927,50** apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2014. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir, correspondente a 14,56%, é decorrente do pagamento das parcelas do valor do serviço passado durante o exercício de 2015.

2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o **Plano Básico de Benefícios**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2015 do **Plano Básico de Benefícios**, foram aprovadas pelo



NUCLEOS, sendo que o Instituto esteve subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **GAMA 105 – RE 150/15**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, e alterações posteriores.

2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O **Plano Básico de Benefícios** apresentou Déficit Técnico na data do reposicionamento da Avaliação Atuarial de 2015, no montante de **R\$83.363.174,25**, o que representa 3,32% das Provisões Matemáticas do Plano.

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC 22, de 25 de novembro de 2015, a qual alterou as Resoluções CGPC 26/2008 e CGPC 18/2006, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit observado no encerramento do exercício seja superior a $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$ das Provisões Matemáticas. Haja vista que a Duration do Plano em 2014 foi de 17,75 anos, o limite do déficit acumulado para o Plano Básico de Benefícios em 2015 é de **13,75%**.

Assim sendo, **não existe obrigatoriedade de equacionamento de déficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015 para o Plano Básico de Benefícios.**

2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo Instituto, posicionada em 30/06/2015 foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, reposicionada para **31/12/2015**, o Plano não tinha constituído **Fundo Previdencial**.

2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas de R\$2.513.228.375,01**, em 31/12/2015, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, na mesma data, no montante de **R\$2.429.865.200,76**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano Básico de Benefícios apresentou Déficit Técnico acumulado de **R\$83.363.174,25**, em **31/12/2015**.

As variações das Provisões Matemáticas decorrente das causas expostas no item 2.1.2, culminaram na elevação de **5,35%** das Provisões Matemáticas totais do Plano, comparativamente à Avaliação Atuarial de Dezembro/2014.

O aumento do patrimônio de cobertura do plano de **8,81%**, conforme repassado pelo Instituto, configura em uma perda atuarial do Plano, uma vez que ficou abaixo da meta atuarial, que foi de **17,76%** entre janeiro/15 a dezembro/15.

Ainda que não tenha havido o cumprimento da meta atuarial entre os meses avaliados o plano teve, no período em análise, um superávit, uma vez que o déficit apurado entre as avaliações de 2014 e 2015 reduziu **45,39%**, sendo este resultado motivado pelo aumento das Provisões Matemáticas em patamar inferior à inflação do período (**11,28%**).

2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

No reposicionamento da Avaliação Atuarial de 2015, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico oriundo, sobretudo, do Deficit apurado até a data da avaliação atuarial de encerramento do exercício de



2014, que era de **R\$152.639.585,52**, o qual, por sua vez, teve origem em 2013 e decorreu, principalmente, pelo fato de a rentabilidade dos investimentos não ter alcançado a meta atuarial daquele ano.

Tendo em vista não ser possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC 22, de 25 de novembro de 2015, a qual alterou as Resoluções CGPC 26/2008 e CGPC 18/2006, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit observado no encerramento do exercício seja, no caso Plano Básico de Benefícios, superior a 13,75% das Provisões Matemáticas, não sendo, portanto, necessária a adoção de qualquer solução de equacionamento de déficit uma vez que este monta 3,32% das Provisões Matemáticas no encerramento do exercício de 2015.

2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o método de financiamento Agregado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações posteriores.

2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, uma pequena parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, o Instituto atestou a possibilidade da manutenção desses títulos até o vencimento, sem que haja prejuízo da liquidez e solvência do Plano;

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2015, verifica-se que o montante de **R\$388.570.949,61** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber, dentre os quais destacam-se as Contribuições Contratadas de responsabilidade exclusiva das Patrocinadoras, cujo montante equivale, em 31/12/2015, a **R\$381.227.203,41**;

3) No encerramento do exercício de 2015, o Plano Básico de Benefícios não possuía qualquer Fundo Previdencial constituído. Já o Fundo dos Investimentos registrou o montante de **R\$1.825.467,58** e o Fundo Administrativo, **R\$7.704.179,76**, cuja contabilização e manutenção é de responsabilidade do NUCLEOS;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2015, comparativamente às adotadas para o exercício de 2014, procederam-se às seguintes alterações:

- Rotatividade: **GAMA - Exp. Rotatividade - NUCLEOS** em substituição a Towers Watson - Exp. Rotatividade;
- Taxa de juros de **5,83% ao ano** em substituição à taxa de 5,75% ao ano;
- Entrada em morbidez: Adoção da tábua **GAMA Exp. NUCLEOS 2015**; e
- Fator de capacidade: **0,9774** em substituição a 0,9801.

3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/04/2016, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao NUCLEOS zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:



PLANO DE CUSTEIO

CONTRIBUIÇÃO BÁSICA		ALÍQUOTA (%)	
	FAIXA SALARIAL	AValiação ATUARIAL DE 2015	AValiação ATUARIAL DE 2014
PARTICIPANTES ⁽¹⁾	P.G: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação	2,83%	2,83%
	P1: Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto INSS	2,81%	2,81%
	P1: Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede um Teto INSS	5,70%	5,70%
PATROCINADORA ⁽¹⁾	Contribuição Normal	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes
	Contribuição de Abono (paridade assistidos)	1,066%	0,66%
ASSISTIDOS ⁽²⁾	Contribuição de Abono ⁽³⁾	8,00%	8,00%

(1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de carregamento de 15% sobre a contribuição previdenciária, taxa esta definida pelo NUCLEOS.

(2) Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

(3) O valor percentual da Contribuição de Assistidos foi definido pelo NUCLEOS.

Dessa maneira, deverão ser aplicadas as seguintes taxas médias (brutas de taxa de carregamento) obtidas conforme Plano de Custeio apresentado acima:

TAXAS MÉDIAS	2015	2014
A – Patrocinadora (sobre salários)	11,14%	10,62%
A.1 – Custo Normal – Participantes Ativos (Paridade)	7,67%	7,70%
A.2 – Custo Normal – Participantes Assistidos (Paridade)	1,06%	0,66%
A.3 – Extraordinária – Serviço Passado	2,41%	2,26%
B – Participantes Ativos (sobre salários)	7,67%	7,70%
C – Participantes Assistidos (sobre benefícios)	8,00%	8,00%

Adicionalmente, conforme parágrafo 9º do Artigo 39, os participantes que optarem pelo instituto de Benefício Proporcional Diferido recolherão contribuição para cobertura administrativa do Plano por meio da aplicação da taxa de carregamento definida no Plano de Custeio, sendo esta taxa aplicada sobre o valor da contribuição hipotética caso o participante em BPD estivesse na condição de participante ativo, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

Além da taxa de carregamento administrativo, conforme parágrafo 10º do Artigo 39, o participante BPD

somente terá direito à cobertura dos benefícios de pensão por morte e invalidez no período de diferimento, se durante este período aportar contribuições para essa finalidade, sendo as taxas determinadas atuarialmente e correspondentes a 0,43% e 0,29% para pensão por morte e invalidez, respectivamente, conforme resultados da Avaliação Atuarial de 2015.

O Plano de Custeio Administrativo foi definido pela Entidade, ficando estabelecida a taxa de carregamento de 15% sobre as contribuições vertidas para Plano.



4 CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-actuarial do **Plano Básico de Benefícios**, em

31/12/2015, é **deficitária** em **R\$83.363.174,25**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 29 de janeiro de 2016.

DOUGLAS LEMES GONÇALVES

Atuário MIBA 2.225 - MTb/RJ
SUPERVISOR ATUARIAL

JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO

Atuário MIBA 2.038 - MTb/RJ
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA



20. PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Emitido na 104ª reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 7 de março de 2016.**

O Conselho Fiscal do Nucleos – Instituto de Seguridade Social examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, assim como as notas explicativas. Essas demonstrações estão acompanhadas do relatório dos auditores independentes (Parecer) emitido pela PricewaterhouseCoopers, em 25 de fevereiro de 2016.

As provisões matemáticas foram calculadas pela Gama Consultores Associados Ltda., conforme resultado da avaliação atuarial na data-base de 30/06/2015 e reposicionada em 31/12/2015, conforme Parecer Atuarial emitido em 29/01/2016.

Os investimentos estão custodiados no Banco Bradesco S/A e foram confrontados com o Relatório de Posição de Custódia do final do exercício.

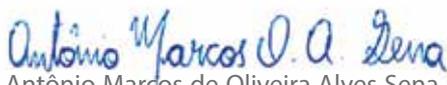
Conforme registrado no seu relatório, os Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers não concordaram com o registro contábil (rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos), no montante de R\$ 53.349 mil, referente ao crédito objeto de ação judicial relativo à diferença de correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's.

Dessa forma, os auditores independentes emitiram opinião com ressalva (Parecer emitido em 25/02/2016), pois entendem que um ativo cuja confirmação final dependa de eventos não totalmente sob o controle da entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade.

De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis (Nota 7.6.4), a Administração do Nucleos entende que o crédito preenche adequadamente os requisitos exigidos para o seu registro contábil, além de expressar que o reconhecimento contábil foi realizado com base em sentença judicial e em posicionamento técnico.

Diante da divergência, os Conselheiros concordam e acompanham a opinião dos auditores independentes, pois entendem que um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa.

Os Conselheiros consideram que as referidas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos em 31 de dezembro de 2015 e o resultado de suas operações, exceto quanto ao registro contábil da correção monetária das OFND's, na rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos, no valor de R\$ 53.349 mil, devendo, no entendimento do Conselho Fiscal, constar somente em notas explicativas. Assim, diante do exposto, as demonstrações contábeis do exercício de 2015 estão em condições de merecerem a deliberação por parte do Conselho Deliberativo.


Antônio Marcos de Oliveira Alves Sena
Presidente do Conselho Fiscal


Luis Antônio Domingues Correia
Conselheiro Titular


Luiz Fernando Henriques
Conselheiro Titular


Paulo Cesar Chrispim
Conselheiro Titular



21. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21/03/2016, consoante o previsto no Capítulo VI, art. 35, do Estatuto do Nucleos, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparativas com o exercício imediatamente anterior, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.4, o Nucleos reconheceu em 2014 em seu balanço, por determinação contida em sentença judicial, o valor a receber da União, relacionado à atualização monetária de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs).

Sobre esse fato, foram feitas as seguintes avaliações: (i) a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no Relatório datado de 25/02/2016, no título “Base para opinião com ressalva”, registrou que esse ativo não deveria ser reconhecido na contabilidade, por entender que se tratava de ativo contingente; (ii) o Conselho Fiscal, em sua 104ª Reunião, realizada em 07/03/2016, emitiu Parecer concordando com a opinião dos Auditores Independentes; (iii) o escritório Siqueira Castro Advogados emitiu Nota Técnica acerca

da legitimidade da escrituração do crédito decorrente da atualização monetária incidente sobre as OFNDs. Essa Nota Técnica, datada de 25/03/2015 e atualização emitida em 06/01/2016, que faz parte integrante da presente Manifesta o, além de trazer uma profícua análise sobre o aspecto jurídico, foi lastreada em fundamenta o técnica e contábil registrada em substancioso parecer do eminente Professor Eliseu Martins, que considera que o crédito das OFNDs é um ativo ordinário, e não contingente, devendo, portanto, ser registrado no balanço contábil das entidades detentoras desse crédito.

Baseado nas análises procedidas e   luz do pronunciamento 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25), que considera que quando a realiza o ou ganho de um ativo for praticamente certa este não pode ser considerado um ativo contingente, fato também registrado na Nota Técnica acima referida, os membros deste Conselho Deliberativo, com exce o da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva, concordam com o registro contábil do crédito das OFNDs.

Diante do exposto, o Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e   da opinião que as mesmas representam adequadamente a posi o patrimonial e financeira do Nucleos e o resultado de suas operações para o referido exercício, exceto pela manifesta o da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva que aprovou as referidas demonstrações contábeis com a ressalva apontada pelos Auditores Independentes.



Paulo César da Rocha Dantas
Presidente do Conselho Deliberativo



Clezio dos Santos Oliveira
Conselheiro Titular



Ant ero Aguiar Peres
Conselheiro Suplente



Daniel Moraes da Costa
Conselheiro Titular



Ricardo Cesar Quintella Lioy
Conselheiro Titular



Rosângela Vieira Paes da Silva
Conselheira Titular







ENCERRAMENTO

"O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia"

Robert Collier,
escritor

22. MENSAGEM FINAL

Agradecemos a todos a leitura deste Relatório Anual de Informações. Ressaltamos que este documento também pode ser acessado nos formatos PDF e *online* no site do Nucleos: www.nucleos.com.br

Os documentos a seguir, relativos ao exercício de 2015, estão igualmente disponíveis para consulta no referido site:

- Demonstrações contábeis;
- Política de Investimentos do Plano Básico de Benefícios (PBB);
- Política de Investimento do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- Demonstrações atuariais.

Se houver interesse, é possível solicitar a versão impressa do presente relatório, bem como os documentos acima listados. Para isso, basta enviar um e-mail para atendimento@nucleos.com.br ou entrar em contato com o Instituto pelos telefones (21) 2173-1410 / (21) 2173-1492 / (21) 2173-1493 / 0800-024-199, no horário das 8 às 17 horas.





* * * * *

Relatório Anual 2015 do Nucleos – Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230/ 15º andar - Ala Sul - Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

Coordenação de produção: Comunicação Interna do Nucleos

Projeto Gráfico e Editorial: Plus Interativa
www.plusinterativa.com - (21) 3549-7816 / (21) 2524-7816

Jornalista Responsável: Ricardo Largman – Reg. MTB 18.288



nucleos
Instituto de Seguridade Social

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2015

Nucleos - Instituto de Seguridade Social
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul
Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

www.nucleos.com.br